

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2011

Título

Relatório de Atividades 2011

Autoria

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra, Portugal

Tel.: 239 400 100

Fax: 239 400 115

e-mail: geral@ccdrc.pt

url: <http://www.ccdrc.pt>

url: <http://www.maiscentro.qren.pt>

Presidência da CCDRC/Mais Centro

Pedro Manuel Andrade Saraiva (Presidente)

Luís Filipe Caetano (Vice-Presidente)

José Alberto Ferreira (Vice-Presidente)

Isabel Damasceno (Vogal Mais Centro)

Ana Abrunhosa (Vogal Mais Centro)

Data de edição

Setembro 2012

<i>I - NOTA INTRODUTÓRIA</i>	4
<i>II – AUTOAVALIAÇÃO</i>	5
<i>Análise do QUAR 2011</i>	5
<i>Análise dos Objetivos Operacionais</i>	5
<i>Análise dos Meios Disponíveis</i>	13
<i>Análise das Fontes de Verificação</i>	15
<i>Análise ao Plano de Atividades</i>	17
<i>Grau de cumprimento por unidade orgânica</i>	18
<i>III – MAIS CENTRO</i>	28
<i>IV – RECURSOS HUMANOS</i>	37
<i>V – AVALIAÇÃO FINAL</i>	37
<i>VI – ANEXOS</i>	41
<i>ANEXO 1</i>	42
<i>Introdução</i>	43
<i>Análise Orçamental</i>	43
<i>Análise Patrimonial</i>	45
<i>ANEXO 2</i>	48
<i>ANEXO 3</i>	91
<i>ANEXO 4</i>	94



O desenvolvimento do País exige uma Administração Pública norteada por objetivos de serviço ao cidadão, às comunidades e às empresas, estruturada segundo modelos flexíveis, dirigida com responsabilidade e abertura, dispondo de recursos humanos mobilizados e qualificados.

No quadro da organização da Administração Pública, a estratégica do Governo, refletida nos diplomas legais aprovados, assenta na introdução de novas práticas de gestão elegendo a gestão por objetivos como a grande matriz da mudança, associando sistematicamente os organismos públicos a objetivos e resultados.

Ciente destes desafios, um pouco por toda a Europa, o sector público tem vindo a adotar uma filosofia de qualidade e de excelência, num processo difícil que requer, antes de mais, uma liderança sólida, desenvolvendo instituições que proporcionem uma vida política, social e económica mais próspera, mais justa e mais livre, aumentando a eficiência, modernizando, dignificando, valorizando, apoiando e envolvendo os agentes.

É do conhecimento de todos que a Administração Pública Portuguesa está a viver um período de significativas mudanças: processo reformista de progresso centrado nas pessoas em concreto, nos seus problemas e ambições, comprometendo-se com a cidadania, com a iniciativa e com a criatividade, respondendo às necessidades coletivas.

Cabe à Administração Pública em geral, e, em particular no âmbito da sua missão e atribuições, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, assumir um papel interventivo, de operacionalização das orientações governamentais nesta matéria e da própria Constituição da República Portuguesa, ao mesmo tempo que representa um território que tem por missão coordenar e desenvolver.

O atual formato do relatório de atividades inaugura uma nova era na prestação de contas e de relacionamento entre a Administração Pública e a sociedade Portuguesa, apresentando uma grande inovação em relação ao tipo de informação a disponibilizar, nomeadamente a autoavaliação do serviço, no âmbito da Lei 66-B/2007 de 28 de Dezembro. Integra ainda, num mesmo documento, as vertentes mais relevantes associadas aos diferentes serviços, incluindo o Programa Operacional Regional do Centro - Mais Centro.

Este Capítulo dá cumprimento ao estabelecido no Artigo 15º - “Autoavaliação” da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de dezembro de 2008, onde se prevê que a autoavaliação dos serviços constitua um exercício que pretende evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do serviço, em particular, face aos objetivos anualmente fixados

Análise do QUAR 2011

A Missão definida foi a seguinte: “Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoio tecnicamente as autarquias locais e as suas associações ao nível da NUT - II Centro”

Para o ano de 2011 a Presidência da CCDRC, definiu os seguintes **Objetivos Estratégicos** no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR):

OE 1 - Melhorar a articulação dos territórios e das instituições da região, designadamente as autarquias locais, e qualificá-los no sentido do reforço da competitividade e da coesão regionais;

OE 2 - Promover o investimento produtivo da Região, assumindo uma atitude proactiva de captação de investimentos no quadro nacional e também do exterior e promover a gestão e o acompanhamento dos investimentos;

OE 3 - Reforçar a integração da região em espaços e redes internacionais, propiciadoras de experiências de cooperação e benchmarking, nas áreas de atuação da CCDRC;

OE 4 - Melhorar a qualidade ambiental da Região, garantindo a aplicação eficaz dos instrumentos e da legislação de salvaguarda e valorização dos recursos naturais e ambientais;

OE 5 - Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos pelo uso crescente das tecnologias da informação e da comunicação, pela racionalização dos procedimentos, pela criação de melhores condições de trabalho e pelo esforço das competências profissionais dos recursos humanos, com vista à obtenção de ganhos de eficiência dos custos para os utilizadores, bem como ao aumento da transparência nas relações com a sociedade civil.

Para além destes Objetivos Estratégicos, o QUAR 2011, estabelece, ainda, onze **Objetivos Operacionais**.

Análise dos Objetivos Operacionais

Na tabela seguinte é apresentada a auto-avaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento dos objectivos operacionais e estratégicos da organização.

- a) **Autoavaliação quantitativa**, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro:

Tabela 1 – Autoavaliação quantitativa

Objetivos operacionais			Ano 2010	Ano 2011		Concretização			Desvios	
			Meta	Meta	Valor de Superação	Resultado	Classificação			
							Superou	Atingiu	Não atingiu	
EFICÁCIA (50%)						187%				87%
OB 1	Ponderação de 20%									
Reduzir os passivos ambientais da Região Centro	Ind 1	N.º de ações de remoção de depósitos ilegais de resíduos	25	26	31	82	x			164%
	Peso	100%					264%			
OB 2	Ponderação de 50%									
Preparar uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro RELEVANTE	Ind 2	Data de realização de workshop	n.a.	30-Nov	15	7-Dez		x		2%
	Peso	50%						102%		
	Ind 3	Data de apresentação da proposta de coordenação e assistência técnica	n.a.	20-Dez	10	9-Dez	x			4%
Peso	50%					104%				
OB 3	Ponderação de 10%									
Implementar Plataforma de Observações das Dinâmicas Regionais (DATACENTRO)	Ind 4	N.º de indicadores específicos no âmbito da monitorização do PROT	n.a.	20	22	83	x			277%
	Peso	30%					377%			
	Ind 5	N.º de indicadores estatísticos de caracterização da Região	n.a.	65	70	723	x			933%
	Peso	40%					1033%			
Ind 6	N.º de estudos produzidos no âmbito das Dinâmicas Regionais do Centro	n.a.	4	5	6	X			20%	
Peso	30%					120%				
OB 4	Ponderação de 20%									
Acompanhamento técnico das Juntas de Freguesia da RC na aplicação do regime simplificado do POCAL com recurso à ferramenta informática sin.PocalCENTRO	Ind 7	% de Juntas de Freguesia da RC que utilizam a ferramenta informática sin.PocalCENTRO disponível no Portal da CCDRC	300	50%	60%	79%	X			31%
	Peso	100%					131%			

EFICIÊNCIA (30%)			114%							↑ 14%	
OB 5 Contribuir para a atuação concertada dos Serviços da Administração Pública RELEVANTE	Ponderação de	50%									
	Ind 8	Proporção das respostas dadas via portal RJUE (n.º de respostas dadas via portal RJUE/n.º de solicitações)*100	85%	90%	95%	99%	X			↑ 5%	
	Peso	50%						105%			
	Ind 9	Proporção das respostas dadas via portal REAI: (n.º de respostas dadas via plataforma de interoperabilidade do REAI/n.º de solicitações)*100	85%	90%	95%	98%	X			↑ 3%	
Peso	50%						103%				
OB 6 Implementar Cartão Integrado de Identificação dos trabalhadores	Ponderação de	30%									
	Ind 10	Data de disponibilizações dos cartões	n.a.	15-Set	10	14-Set		X		→ 0%	
Peso	100%							100%			
OB 7 Implementar planos de fiscalização e garantir punição eficaz às infrações, em matéria de ambiente e ordenamento do território	Ponderação de	20%									
	Ind 11	Nº de ações de fiscalização concretizadas	170	200	210	350	X			↑ 67%	
	Peso	50%						167%			
	Ind 12	Proporção das decisões no total de processos de contraordenação instaurados ou com instrução concluída, em 2011 (N.º de decisões/N.º de autos de contraordenação instaurados em 2011 ou com instrução concluída em 2011)*100	n.a.	70%	75%	76%	X			↑ 1%	
Peso	50%						101%				

QUALIDADE (20%)										97%	-3%
OB 8	Ponderação de	50%									
Preparar e desenvolver um Plano de Formação RELEVANTE	Ind 13	Data de divulgação do Plano de Formação	n.a.	30-Mar	15	15-Nov			X	-72%	
	Peso	40%							28%		
	Ind 14	N.º de colaboradores em formação	n.a.	50	55	76	X			38%	
	Peso	60%							138%		
OB 9	Ponderação de	20%									
Garantir a melhoria da qualidade do ar da Região	Ind 15	Prazo para a elaboração do programa de execução do plano de qualidade do ar	n.a.	30-Out	15	(*)					
	Peso	40%									
	Ind 16	Data limite para elaboração do inventário regional de emissões atmosféricas para 2010	n.a.	15-Jul	15	30-Jun	X			8%	
	Peso	30%							108%		
	Ind 17	Atraso máximo, em dias, na análise dos relatórios de caracterização das emissões gasosas	n.a.	90	80	73	X			81%	
	Peso	30%							181%		
OB 10	Ponderação	20%									
Elaborar guia de apoio à revisão dos PDM	Ind 18	Data de conclusão do guia	n.a.	30-Nov	15	11-Nov	X			6%	
	Peso	100%							106%		
OB 11	Ponderação	10%									
Promover a política de gestão de resíduos	Ind 19	N.º de ações de formação/sensibilização destinada às Autarquias e outras entidades pertinentes	n.a.	4	6	7	X			17%	
	Peso	100%							117%		

Apresentaremos a seguir uma análise explicativa aos principais desvios verificados na concretização dos objectivos propostos para o ano de 2011.

Objetivo 1 “Reduzir os passivos ambientais da Região Centro”.

Este objetivo foi estabelecido tendo em conta o histórico dos resultados obtidos em ações idênticas realizadas no passado, constatando-se desde 2008 a 2010 uma diminuição significativa do número de depósitos ilegais de resíduos em especial de veículos em fim de vida (VFV) e de metais ferrosos e não ferrosos. Em finais de 2010, o número destes depósitos ainda existentes de dimensões relevantes era residual e com perspectivas de resolução em 2011, por via do licenciamento ou encerramento. Em 2011 foi possível erradicar 45 depósitos ilegais de VFV e de sucata. No âmbito dos passivos ambientais foi possível também, após a intervenção da CCDRC, a eliminação de 37 depósitos de resíduos de construção e demolição (RCD). Assim, ao todo foram erradicados 82 depósitos de resíduos na Região Centro, tendo sido ultrapassado o critério de superação.

Para os resultados obtidos contribuiu o empenho demonstrado por todos os colaboradores da fiscalização, da DSF e das DSR's, no que se refere à persistência das ações de fiscalização junto dos operadores ilegais e dos detentores de resíduos, bem como a pronta instrução dos processos de contraordenação pela DSAJAL.

Objetivo 2 “Preparar uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro”

Em 2011, e apesar do contexto nacional se ter caracterizado por fortes restrições financeiras, foi possível iniciar a reflexão interna à CCDRC para discussão do modelo a implementar na definição de uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro 2014-2020. Desta forma, assim que as condições económicas o permitam, a implementação do processo será facilitado na medida em que foram já identificadas as especificações técnicas, a metodologia de trabalho e o planeamento necessário à coordenação de um conjunto vasto de contributos regionais. Dado que o documento foi aprovado pela Presidência da CCDRC a 9 de Dezembro, o Indicador 3 “*Data de apresentação da proposta de coordenação e assistência técnica*” foi superado.

Foi ainda possível dar início a um ciclo de workshops que irão contribuir para a preparação desta estratégia regional. O evento organizado decorreu nos dias 6 e 7 de Dezembro em Anadia e em Coimbra e discutiu a importância do Enoturismo no Centro de Portugal. Foi assim possível cumprir o Indicador 2 “*Data de realização de workshop*”.

Objetivo 3 “Implementar Plataforma de Observações das Dinâmicas Regionais (DATACENTRO

Em Dezembro de 2011, a CCDRC disponibilizou no seu site (<http://datacentro.ccdrc.pt>) uma plataforma de observação das dinâmicas regionais (Datacentro) que procura dar resposta a inúmeras solicitações de informação com que a CCDRC era confrontada, fomentando um conhecimento profundo da região, facilitando a sua monitorização e potenciando o acompanhamento das dinâmicas regionais. Trata-se de uma aposta da CCDRC num serviço público de informação, gratuito, único ao nível da região, de fácil utilização e direcionado para um público-alvo diversificado.

Esta plataforma marca também o início da divulgação de forma integrada e sistematizada de alguma da informação preciosa que a CCDRC produz ou possui ao nível do ambiente, do ordenamento e gestão do território, das finanças locais e da fiscalização. Com mais de 800 indicadores estatísticos disponíveis foi possível superar largamente os indicadores 4 e 5: “*N.º de indicadores específicos no âmbito da monitorização do PROT*” e “*N.º de indicadores estatísticos de caracterização da Região*”, respetivamente.

No âmbito do Sistema de Monitorização e Avaliação da Situação da Região Centro, a CCDRC prosseguiu o seu objetivo de divulgar documentos que procuraram monitorizar, analisar e divulgar a situação e a evolução da região, quer pela sua divulgação no site da CCDRC quer pela submissão de comunicações em Seminários e fóruns de debate sobre desenvolvimento regional. O enfoque temático assentou na análise das contas dos municípios (abordando questões relacionadas com o seu endividamento, o investimento efetuado e os orçamentos apresentados para 2011), na análise da informação censitária disponível (Recenseamento Agrícola 2009 e resultados provisórios dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação 2011) e ainda na monitorização das políticas públicas (QREN). O indicador 6 “*N.º de estudos produzidos no âmbito das Dinâmicas Regionais do Centro*” foi por isso superado.

Objetivo 4 “Acompanhamento técnico das Juntas de Freguesia da RC na aplicação do regime simplificado do POCAL com recurso à ferramenta informática sin.PorcalCENTRO”

O objetivo foi superado com um diferencial de superação de 18,6%, só possível pelo empenho dos trabalhadores adstritos a esta atividade, em que se incluem os que estão afetos às Divisões Sub-regionais de Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu, para além, obviamente, dos que trabalham na Divisão de Cooperação Técnica e Financeira.

Objetivo 5 “Contribuir para a atuação concertada dos Serviços da Administração Pública - RELEVANTE”

Este objetivo foi partilhado entre a DSOT e a DSA, sendo aferido, através dos indicadores 8 e 9, respetivamente.

Ao nível da DSA, o presente objetivo envolve a coordenação entre a DRE-Centro e a CCDRC na distribuição, análise e emissão de parecer aos pedidos de instalação/alteração de estabelecimentos industriais, abrangidos pelo D.L. 209/2008, de 29 de Outubro – Regulamento do Exercício da Atividade Industrial (REAI), cujos projetos foram submetidos na Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública. Em 2011 foram emitidos 170 pareceres dentro do prazo determinado, num universo de 174 pedidos.

No que se refere ao grau de cumprimento do presente objetivo por parte da DSA (indicador 9), verifica-se que a proporção de respostas dadas via Plataforma REAI foi de 98%, tendo sido ultrapassado o critério de superação (95%).

A taxa de resposta dentro do prazo a pareceres e decisões através do SIRJUE foi de 99,44%, face a uma meta de superação de 95%. De 386 decisões/pareceres solicitados a esta CCDR, foram emitidos 384.

Face aos resultados obtidos nos dois indicadores, o objetivo foi superado.

Objetivo 6 “Implementar Cartão Integrado de Identificação dos trabalhadores”

Este projeto estruturante teve o seu início em setembro de 2011, o que permitiu atingir o objetivo. O Cartão integrado de Identificação do Trabalhador consiste na implementação de um conjunto de funcionalidades, designadamente nas áreas da identificação, encriptação, assinatura digital, assinatura digitalizada e controlo de acessos físicos e lógicos. Envolveu a definição do layout do cartão, a redefinição de alguns procedimentos de segurança, a instalação de um conjunto de dispositivos físicos nos edifícios e também aspetos de integração no sistema de informação da CCDRC.

Objetivo 7 - “Implementar planos de fiscalização e garantir punição eficaz às infrações, em matéria de ambiente e ordenamento do território”.

Foi aprovado um plano de fiscalização para 2011, centrado na fiscalização de depósitos ilegais de veículos em fim de vida (VFV), metais ferrosos e não ferrosos e de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, na exploração de massas minerais (pedreiras) ativas e abandonadas com passivos ambientais e na fiscalização do cumprimento do regime jurídico das operações de gestão de resíduos de construção e demolição e do regime jurídico de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas. Do plano de fiscalização constam ainda ações no âmbito dos loteamentos, rede natura 2000 e reserva ecológica nacional.

Foram realizadas 349 ações de fiscalização do plano previamente aprovado, validadas mediante relatório de fiscalização, verificando-se um desvio positivo de + 66% em relação ao critério de superação do objetivo.

O apoio dado pelas DSR's na execução de ações de fiscalização do plano foi fundamental para o resultado obtido.

Superou-se o objetivo (percentagem de propostas de decisão/autos de contraordenação), apesar de em 2011 ter sido alterado o decreto-lei dos resíduos (Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de junho), e terem sido transferidas para as CCDR competências em matéria de instrução de contraordenações que até à entrada em vigor do diploma referido eram da competência da IGAMAOT. A superação deste objetivo representou um esforço assinalável por parte dos trabalhadores da DAJ.

Objetivo 8 - “Preparar e desenvolver um Plano de Formação”

Este objetivo foi medido através de dois indicadores: a data de divulgação do Plano de Formação e o número de colaboradores em formação. Este último, foi superado em 38%, e teve como principais agentes de dinamização o investimento na divulgação das ações de formação e a concretização da Norma de Procedimento criada pela DORH para uniformizar o tratamento de todo expediente que envolve a participação dos trabalhadores numa ação de formação. Através deste mecanismo é mais fácil planear e controlar e, por isso, abranger um maior número de trabalhadores a frequentar ações de formação.

O desvio negativo na data de apresentação do Plano de Formação deveu-se, essencialmente, a elementos externos a todo o processo, que no entanto não prejudicaram a implementação do mesmo.

Objetivo 9 - “Garantir a melhoria da qualidade do ar da Região”.

Não pode ser dado cumprimento ao primeiro indicador deste objetivo por contingências político-administrativas externas à CCDRC. O Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região Centro foi remetido à tutela em 30.11.2010 para aprovação, o que não aconteceu até à presente data, inviabilizando assim a elaboração do respetivo Programa de Execução. Relativamente aos restantes indicadores, houve superação, pelo que se considera o objetivo superado.

Objetivo 10 – “Elaborar Guia de Apoio à Revisão dos PDM”

O Guia de apoio à revisão dos PDM foi concluído e entregue superiormente a 28 de Outubro. Este guia tem como objetivo principal apoiar as Câmaras Municipais e respetivas equipas na elaboração dos processos de revisão dos PDM, sistematizando as fases e os procedimentos a ele inerentes e inclui também as orientações enviadas pelas diversas entidades setoriais nele intervenientes. O guia foi ainda divulgado no Portal da CCDRC com vista à recolha de sugestões e contributos.

Objetivo 11 – “Promover a política de gestão de resíduos”

O presente objetivo foi partilhado pela DSA e DSF, tendo sido superado por via da realização de 6 ações: 2 Workshops subordinadas às temáticas “Resíduos de Construção e Demolição” e “Resíduos

Sólidos Urbanos”, dirigidas sobretudo aos Municípios, com participação dos principais sistemas de tratamento de RSU da Região Centro, e que tiveram lugar no Auditório da CCDRC, em Coimbra e no Auditório Municipal da Covilhã, respetivamente;4 Ações de formação subordinadas à temática “Resíduos de Construção e Demolição”, dirigidas às equipas Especiais de Proteção da Natureza inseridas nos 5 comandos distritais do SEPNA.

b) **Autoavaliação qualitativa**, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B72007, de 28 de Dezembro

Tabela 2 – Autoavaliação qualitativa

Designação/Alíneas	Realizado	Não realizado	Observações
a) À apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos	x		Foi efetuado um inquérito interno para aferir o grau de satisfação dos utilizadores internos ao serviço da DSCGAF. Os resultados do mesmo são apresentados no Anexo 3. Foi também efetuado um inquérito externo para medir o seu grau de satisfação dos utilizadores externos que se deslocam à CCDRC. Os resultados deste inquérito podem ser observados no Anexo 4.
b) À avaliação do sistema de controlo interno	x		A CCDRC integra na sua orgânica o Conselho de Coordenação Intersectorial e o Conselho Regional, encontram-se, não apenas devidamente constituídos, mas a desenvolver um conjunto diversificado de iniciativas inscritas nas respetivas áreas de competência. Os Sistemas de controlo administrativo e financeiro encontram-se assentes na implementação do Manual de Controlo Interno e no Plano Diretor de Sistemas de Informação, concretizados na integração do GEP (sistema de gestão documental e <i>workflow</i> de processos) com o conjunto de aplicações do ERP (contabilidade, recursos humanos, aprovisionamento, inventário). A esta base tecnológica e procedimental acresce a utilização generalizada da assinatura digital, como garantia de consistência e fiabilidade da informação fornecida nos processos decisórios. Refira-se, por fim, que a ação da CCDRC no âmbito da gestão fundos comunitários está sujeita aos diversos mecanismos e auditorias levadas a efeito pelas entidades responsáveis. De destacar que estas ações são implementadas já que a CCDRC é a entidade pública responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro à Autoridade de Gestão do Programa

c) Às causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficiente	x		Não se identificaram incumprimentos dignos de nota.
d) Às medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir			As medidas a tomar para reforçar o desempenho do Serviço passam basicamente por três vetores: melhorar a comunicação interna e externa da CCDRC; envolver mais os trabalhadores na tomada de decisões; e aumentar a formação, quer em contexto de trabalho, quer fora do mesmo. Num plano externo diminuir a idade média dos trabalhadores com a entrada de novos colaboradores.
e) À comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação	n.a	n.a	
f) À audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço.	x		A metodologia de elaboração dos Planos de Atividades e dos respetivos Relatórios da resulta de uma iteração estreita realizada entre a sua Presidência, os seus dirigentes e os funcionários responsáveis pelas diversas atividades, envolvendo a definição e seguimento, quer da estratégia e dos objetivos estratégicos, quer dos principais objetivos operacionais, projetos e ações das iniciativas e atividades desenvolvidas.

Análise dos Meios Disponíveis

Meios humanos

A análise da “produtividade” permite evidenciar a relação entre os meios humanos e a avaliação do serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: avaliação global do serviço *versus* recursos humanos utilizados/planeados.

Tabela 3 – Meio Humanos

	Meios humanos
Planeado	252
Executado	259
Desvio	-7

Este quadro é reflexo da ponderação apresentada no QUAR 2011.

O desvio negativo tem que ver com saídas motivadas pelas aposentações que foram provocadas pelas alterações legislativas.

Se for efetuada uma análise mais fina podemos concluir que as entradas foram exclusivamente para a carreira de técnico superior e as saídas maioritariamente nas outras carreiras o que permitiu um aumento da qualificação média dos recursos humanos da CCDRC.

Meios financeiros

Uma análise “custo/eficácia” permite evidenciar a relação entre os meios financeiros e a avaliação do serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: recursos financeiros utilizados/ planeados versus avaliação global do serviço.

Tabela 4 – Meios Financeiros

	Meios financeiros (valores em €)		Avaliação global do serviço
	Orçamento Funcionamento	PIDDAC	
Estimado	9.714.587	7.727.215	A taxa total de execução foi de 58%
Executado	6.962.158	3.198.827	
Desvio (€)	2.752.429	4.528.388	
Desvio (%)	-28%	-59%	

Os desvios ocorridos entre o estimado e o executado devem ser abordados segundo duas vertentes:

1. Orçamento de funcionamento – As despesas de funcionamento apresentam uma taxa global de execução de 72%. As despesas com o pessoal atingiram um grau de execução de 82% e as outras despesas de funcionamento atingiram um grau de execução de 35%.

O quadro seguinte mostra o grau de execução das despesas de funcionamento.

Tabela 5 – Grau de execução do orçamento de funcionamento

DESPESA	Orçamento	Execução	Grau de execução
Despesa c/ Pessoal	7.511.310	6.188.232	82%
Outras Despesas Funcion.	2.213.277	773.926	35%
Totais	9.714.587	6.962.158	72%

Podemos assim concluir que os desvios são devidos a uma racionalização e poupança na utilização/gastos das despesas correntes o que se traduz em algo positivo, já que se conseguiu fazer melhor utilizando menos recursos financeiros.

2. PIDDAC –. O conjunto de projetos que constituem este programa de investimento apresenta uma taxa global de execução de 41%.

No quadro seguinte mostra a execução de cada um dos projetos PIDDAC:

Tabela 6 – A Grau de execução do PIDDAC

Projeto		Orçamento	Execução	Grau execução
Código	Designação			
0951	Instalações e Equipamento da CCDR Centro	119.810	21292	22%
6098	Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Reg. Centro	340.453	70.357	22%
5981	Gestão e Promoção Ambiental na Região Centro	107.961	61.217	59%
6300	Assistência Técnica Global ao PO - QREN	6.093.529	2.775.543	46%
6096	Modernizar a CCDR Centro	186.852	186.852	45%
6052	Promoção da Cooperação c/ Castilla y Leon e Extremadura	171.423	22.089	17%
7324	Sistema de Monitorização e Avaliação do PROT C	339.042	44.380	17%
Totais		7.727.215	3.198.827	41%

Em termos de realização financeira, destacam-se os projetos “Gestão e promoção ambiental na Região Centro”, “Assistência Técnica Global ao PO-QREN” e “Modernizar a CCDR Centro”, que apresentam taxas de execução de 59%, 46% e 45%, respetivamente.

É de referir que o projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN”, é o que apresenta maiores valores de orçamento em termos absolutos, representando 79% do valor global do PIDDAC.

Análise das Fontes de Verificação

Neste ponto são apresentados os diferentes indicadores e as fontes de verificação que garantem a fiabilidade e integridade dos dados

Apresentamos de seguida, para cada indicador, a respetiva fonte de verificação:

Indicador 1 - N.º de ações de remoção de depósitos ilegais de resíduos.

Fonte - Relatórios das ações

Responsabilidade pela fonte: DSF

Indicador 2 - Data de realização de workshop

Fonte – site da CCDRC

Responsabilidade pela fonte: DSDR

Indicador 3 - Data de apresentação da proposta de coordenação e assistência técnica

Fonte – Data de despacho da Presidência da CCDRC

Responsabilidade pela fonte: DSDR

Indicador 4 – N.º de indicadores específicos no âmbito da monitorização do PROT

Fonte – site da CCDRC

Responsabilidade pela fonte: DSOT

Indicador 5 – N.º de indicadores estatísticos de caracterização da Região

Fonte – site da CCDRC

Responsabilidade pela fonte: DSDR

Indicador 6 - N.º de estudos produzidos no âmbito das Dinâmicas Regionais do Centro

Fonte – site da CCDRC

Responsabilidade pela fonte: DSDR

Indicador 7 - Percentagem de Juntas de Freguesia da RC que utilizam a ferramenta informática sin.PocalCENTRO disponível no Portal da CCDRC

Fonte: aplicação informática sin.pocalCENTRO;

Responsabilidade pela fonte: CCDRC

Indicador 8 - Proporção das respostas dadas via portal RJUE

Fonte: DSOT/DGT;

Responsabilidade pela fonte: DSOT/DGT

Indicador 9 - Proporção das respostas dadas via portal REAI

Fonte: plataforma de interoperabilidade do REAI

Responsabilidade pela fonte: AMA (Agência para a Modernização Administrativa)

Indicador 10 - Data de disponibilizações dos cartões

Fonte – ficha de entrega dos cartões

Responsabilidade pela fonte: DSCGAF

Indicador 11 - Nº de ações de fiscalização concretizadas

Fonte - Relatório das ações

Responsabilidade pela fonte: DSF

Indicador 12 - Proporção das decisões no total de processos de contra ordenação instaurados ou com instrução concluída, em 2011

Fonte – Gestão Eletrónica de Processos (GEP)

Responsabilidade pela fonte: CCDRC

Indicador 13 - Data de divulgação do Plano de Formação

Fonte – Intranet

Responsabilidade pela fonte: DSCGAF

Indicador 14 - N.º de colaboradores em formação.

Fonte –Fichas de inscrição

Responsabilidade pela fonte: DSCGAF

Indicador 15 - Prazo para a elaboração do programa de execução do plano de qualidade do ar.

Fonte – DSA/DAA

Responsabilidade pela fonte: CCDRC

Indicador 16 - Data limite para elaboração do inventário regional de emissões atmosféricas para 2010.

Fonte – Inventário divulgado.

Responsabilidade pela fonte: DSA/DAA

Indicador 17 - Atraso máximo, em dias, na análise dos relatórios de caracterização das emissões gasosas

Fonte- GEP

Responsabilidade pela fonte– DSA

Indicador 18 - Data de conclusão do guia

Fonte – GEP; DSOT/DOTCN

Responsabilidade pela fonte: DSOT/DOTCN

Indicador 19 - N.º de ações de formação/sensibilização destinada às Autarquias e outras entidades pertinentes

Fonte - DSA/DLPA e DSF

Responsabilidade pela fonte: CCDRC

Análise ao Plano de Atividades

A análise ao grau de cumprimento dos objetivos assumidos no Plano de Atividades 2011 (Anexo 2), pelas diferentes unidades orgânicas demonstra a consistência de atuação da CCDRC, nas suas áreas principais de referência, reforçando o papel do QUAR como “espelho” do que mais importante se fez em determinado ano e dando simultaneamente a conhecer à Comunidade uma visão global dos nossos principais projetos e objetivos.

Os números gerais foram os seguintes:

Tabela 7 – Grau de cumprimento dos objetivos

	Objectivos
Superado	67
Cumpriu	14
Não cumpriu	0
Híbrido	1

Grau de cumprimento por unidade orgânica

De forma mais detalhada e analisando de forma individual cada uma das unidades orgânicas, são estes os resultados:

Tabela 8 – Grau de cumprimento dos objetivos por unidade orgânica

Objetivos Anuais		Grau de Cumprimento dos objectivos			
		Superados	Cumpridos	Não Cumpridos	Híbridos ¹
DSDR*	5	4	1	0	0
DSAJAL	7	7	0	0	0
DSOT	12	12	0	0	0
DSA**	15	11	4	0	0
DSF	5	4	1	0	0
DSCGAF	13	8	5	0	0
DSR's					
Aveiro	5	5			
Viseu	6	4	2	0	0
Castelo Branco	5	4	1		
Guarda	5	4	1		
Leiria	5	4	1		
PROTC	2	0	1	0	1
Total	83	67	17	0	1

* - De referir que um dos objetivos foi considerado como cumprido, apesar de existirem dois indicadores de desempenho com uma ponderação de 50%, um deles foi cumprido e o outro superado.

** - Devido a determinações superiores não foi possível a esta unidade orgânica realizar os objetivos definidos pelo que não pode ser aqui considerada. A explicação mais detalhada desta situação é efectuada no anexo 2 deste documento.

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR)

O Plano de Atividades da DSDR para 2011 pressupunha a **preparação de uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro no horizonte 2020**. Dadas as restrições orçamentais existentes, foi necessário reformular os indicadores que estavam previstos, tendo sido aprovado pela Tutela o novo QUAR da CCDRC. Fruto destas condicionantes, durante o ano de 2011 iniciou-se a reflexão interna à CCDRC para discussão do modelo a implementar na definição dessa estratégia e foi

ainda possível dar início a um ciclo de workshops que irão contribuir para a preparação da estratégia regional.

A produção de conteúdos em 2011 que contribuíram para a **promoção institucional da Região Centro e da CCDRC** permitiram superar os objetivos iniciais. Assim, foi apresentado formalmente o Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro, tendo sido celebrados protocolos entre a CCDRC, a Direção Regional de Cultura do Centro e o Turismo do Centro de Portugal com o intuito de assegurar a atualização da informação constante no roteiro e a sua distribuição. Reforçou-se o acervo de fotografias da região e do seu património na internet (flickr) através da inserção de mais de 1200 fotografias recolhidas junto dos municípios. Foi ainda enriquecida a biblioteca digital da CCDRC com livros e documentos sobre a região.

O **Sistema de Monitorização e Avaliação da Situação da Região Centro** foi fortemente valorizado em 2011 com a disponibilização da plataforma informática Datacentro. O Datacentro engloba um vasto conjunto de mais de 800 indicadores que permitem avaliar, monitorizar e divulgar a situação e evolução da região nos domínios económico, social, ambiental e territorial. Em complemento foram editados quatro números do “Região Centro – Boletim Trimestral” e foram divulgados no portal ou em Seminários de desenvolvimento regional documentos temáticos, setoriais ou de monitorização das políticas públicas. No âmbito do QREN/PO Regional o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais colaborou nas redes de avaliação do QREN e do Programa Operacional Regional (incluindo o follow-up das recomendações da avaliação da operacionalização do Mais Centro).

A **avaliação do impacto socioeconómico de projetos de investimento na Região** foi outro objetivo superado em virtude de mais de 90% dos pareceres terem sido emitidos dois dias antes do prazo definido.

Foi ainda totalmente superado o objetivo de **reforçar a dinâmica da cooperação e internacionalização da Região Centro e assegurar a gestão do programa POCTEP 2007-2013**. Por um lado, conferiu-se um grande dinamismo aos portais das duas comunidades de trabalho (EUROACE e CENCYL). Por outro lado, avançou-se na avaliação dos custos de contexto na fronteira com a realização de um workshop inicial de reflexão, donde resultou um relatório com a identificação de alguns dos principais custos de contexto existentes, seguida da realização de uma jornada de trabalho envolvendo a AICEP e a EXCAL – Exportaciones de Castilla y León. Em termos de promoção internacional realizaram-se várias iniciativas para afirmar a imagem da Região, nomeadamente, com a participação do Centro nos eventos organizados no âmbito dos Open Days, com a promoção das Aldeias do Xisto junto de instituições europeias (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Comité das Regiões) e com a co-organização do V plenário da Comunidade de Trabalho CENCYL em Ciudad Rodrigo. Por fim, a gestão do programa POCTEP 2007-2013 foi totalmente assegurada, tendo sido superada a proporção de projetos em execução com acompanhamento físico prevista para 2011.

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL)

A DSAJAL em 2011 reforçou e consolidou a sua componente de apoio técnico às autarquias locais, potenciando esse apoio de uma forma inovadora e pró-ativa, antecipando novamente a resolução de questões inovadoras, resultantes de novos regimes legais, bem como elucidando outras que se revelaram ser comuns a muitos entes autárquicos.

Com esse objetivo, em 2011 foram divulgadas no nosso Portal mais respostas a perguntas frequentes sobre eleições e eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratos públicos, edificação, urbanização e finanças locais. Assim foram divulgadas no Portal 22 FAQs.

No que respeita às Medidas de Tutela da legalidade instruíram-se 330 processos de contraordenação o que representa uma superação da meta estipulada para 2011.

Em 2011 a DSAJAL no que respeita à assessoria aos serviços da própria CCDR promoveu sessões de esclarecimento sobre a correta elaboração de autos de notícia, para além de ter elaborado 136 pareceres jurídicos, destacando-se os 76 pareceres para o QREN e as 29 informações jurídicas de análise de regulamentos de PMOT.

No que respeita aos processos contenciosos e às impugnações administrativas, elaboraram-se 17 peças processuais em processos de contencioso administrativo.

No apoio jurídico às Autarquias Locais e entidades equiparadas foram elaborados 264 pareceres jurídicos.

No âmbito da Divisão de Cooperação Técnica e Financeira, as atividades preponderantes em 2011 permitiram consolidar a relação de valor e proximidade entre a CCDRC e as autarquias locais, quer a nível de Municípios quer a nível de Freguesia, em matéria de acompanhamento de práticas corretas no âmbito dos mecanismos enquadramentos do exercício económico-financeiro das autarquias (respetivamente através das aplicações informáticas SIAL da DGAL e sIn.POCALCentro da CCDRC), com relevo especial para o papel enquadrador da CCDRC junto das Juntas de Freguesia da Região Centro a fomentar com novas ações no âmbito do programa sIn.POCALCentro.

Em termos do acompanhamento técnico das Juntas de Freguesia da Região Centro na aplicação do regime simplificado do POCAL com recurso à ferramenta informática sIn.pocalCENTRO, foram realizadas, em complemento das efetuadas no ano de 2010, ações de formação junto das Freguesias da totalidade dos Municípios da Região Centro, encerrando-se assim o primeiro ciclo de formação no âmbito da “Gestão Financeira nas Freguesias da Região Centro”

Relativamente à cooperação técnica e financeira com autarquias e entidades equiparadas e com entidades associativas de utilidade pública de âmbito religioso, cultural e desportivo foi realizado o acompanhamento de 100% dos processos de contratos e protocolos em curso.

Finalmente, em matéria de acompanhamento das contas dos municípios no âmbito da Lei das Finanças Locais e dos procedimentos do POCAL. (SIAL) foram validados a totalidade dos documentos previsionais, de prestação de contas e do Fundo Social Municipal entrados na CCDRC.

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT)

A Direção de Serviços de Ordenamento do Território tinha inscritos no plano de atividades para 2011, 12 objetivos, desagregados em 16 indicadores que cobrem toda a área de atuação desta unidade orgânica. A totalidade dos 12 objetivos foi superada, em face da superação da totalidade dos indicadores.

No âmbito da coordenação e emissão de pareceres, quer ao nível da gestão urbanística, quer ao nível dos procedimentos de formação e dinâmica dos IGT, foi reforçada a articulação entre as diversas entidades através da dinamização da utilização da Plataforma RJUE, desenvolvendo-se normas, procedimentos e circuitos ajustados ao objetivo de integração de posições setoriais e de responsabilização de entidades ao nível da administração central e local. Neste domínio destaca-se, entre outros, a conclusão da elaboração do Guia de Apoio aos Processos de Revisão dos PDM – cujo objetivo principal é apoiar a revisão dos PDM, sistematiza as fases e os procedimentos inerentes a este processo e inclui também as orientações enviadas pelas diversas entidades intervenientes nestes processos. O guia foi divulgado no Portal da CCDRC com vista à recolha de sugestões e contributos - e a reestruturação do sítio da DSOT no portal da CCDRC. Tendo presente que a informação atualizada e rigorosa em matéria de Ordenamento do Território é um elemento essencial para o desempenho das funções de todos os organismos, quer da administração central quer da administração local, e do próprio cidadão, a DSOT promoveu a reestruturação e atualização do

respetivo sítio no Portal, tornando o acesso à informação mais atual e intuitivo e ampliando o leque da informação já disponibilizada.

Durante o ano de 2011 prosseguiu-se a tarefa de atualização e completamento das Plantas de Síntese dos PMOT no Munisigweb, o que se constitui como uma mais-valia considerável na eficácia e eficiência da análise de processos, quer por parte da própria DSOT, quer por parte da DSF e das DSR.

Tendo-se concluído, no ano transato, a implementação da Base de Dados das Ações em REN, foi estruturada e analisada a informação recolhida, o que se mostrou útil, designadamente para efeitos de disponibilização de indicadores sobre a Região em matéria de ordenamento do território.

Quanto à informação relativa aos procedimentos da área de Ordenamento do território, foi implementada uma nova base de dados que vai permitir controlar, em tempo útil, o desenvolvimento desses processos e evidenciar eventuais anomalias.

Assinala-se, igualmente, pela sua importância quer a nível nacional, quer a nível regional, a colaboração no grupo de trabalho coordenado pela DGOTDU para construção do Sistema Nacional de Indicadores de Base de Ordenamento do Território e Urbanismo, que assume um papel determinante na estruturação dos Relatórios de Estado do Ordenamento do Território aos vários níveis de organização territorial. No âmbito das competências como Ponto Focal do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo, a DSOT participou em seis reuniões e em 4 grupos de trabalho setoriais, que tiveram como objetivo construir uma ferramenta de suporte para a monitorização e a avaliação estratégica da implementação das políticas públicas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano e, complementarmente, das principais políticas públicas setoriais com maior impacto na organização e transformação do território e das cidades. Do trabalho realizado resultaram 2 relatórios de progresso o último dos quais em novembro de 2011, disponível em http://www.dgotdu.pt/filedownload.aspx?schema=ec7b8803-b0f2-4404-b003-8fb407da00ca&channel=C4193EB3-3FA7-4C98-B8CA-D6B9F5602448&content_id=A1F629F4-AF84-4FB3-9DAE-5FE26AE9C2BE&field=file_src&lang=pt&ver=1.

Realçando-se estes aspetos mais inovadores, toda a atividade da DSOT foi em grande medida determinada pelo desempenho das tarefas normais inerentes às suas competências em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território, tendo-se cumprido, em larga medida, os prazos de resposta, da DGT e DOTCN, relativos aos dos pedidos apresentados e referentes às matérias citadas, o que resultou na superação de todos os indicadores definidos, conforme é evidenciado nas tabelas do anexo II relativas à DSOT.

Destacam-se, ainda, os estudos: “Áreas solicitadas para intervenção em Reserva Ecológica Nacional-2010”, o qual permite, mediante uma matriz estatística, (onde a informação foi sendo sistematicamente colocada, conforme a apreciação/decisão das pretensões, e o seu tratamento com base numa aplicação *Business Intelligence*), determinar o número de pedidos de ocupação/intervenção em áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) ocorridos na Região Centro; e “O SIRJUE na Região Centro”, que permite conhecer o universo dos municípios aderentes e dos requerimentos apresentados pelos mesmos no referido Sistema Informático e, por outro lado, os municípios que ainda não aderiram à plataforma, transmitindo-lhes, simultaneamente, procedimentos e orientações, que visam coordenar e harmonizar todas as tarefas desenvolvidas nesta aplicação, evidenciando as vantagens que este Sistema pode proporcionar, no âmbito da legislação vigente.

No âmbito da recolha e tratamento da informação relevante em matéria de ordenamento do território e gestão urbanística, a DSOT contribuiu com um número considerável de indicadores que

alimentam o Datacentro, que tem como uma das principais fontes os dados relativos à formação e dinâmica de PMOT, da REN (uso, ocupação e transformação do solo), do SIRJUE (relacionado com consultas sobre operações urbanísticas, em razão da localização, na Região Centro) de IGT e REN, num total de 116 indicadores.

Direção de Serviços de Ambiente (DSA)

A **Direção de Serviços de Ambiente (DSA)** estabeleceu 15 objetivos para 2011, dos quais foi conseguida a superação 11 e os restantes 4 foram cumpridos.

O Plano Atividades para 2011 incidiu em especial:

- no esforço de redução de prazos nos procedimentos de licenciamento das atividades económicas tais como, avaliação de impacte ambiental (RJAIA), da licenciamento da atividade industrial (REAI), licenciamento da atividade pecuária (REAP), licenciamento de massas pedreiras (RJPEMM), licenciamento de operações de gestão de resíduos, objetivo que, de uma forma geral foi conseguido;
- na melhoria do acompanhamento dos aterros de resíduos sólidos urbanos, face à transferência recente da competência de licenciamento para a CCDRC, o que se concretizou nas visitas efetuadas às referidas instalações.
- garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar. Nesta matéria, foi possível uma recuperação exemplar do passivo de relatórios de emissões de fontes fixas que se encontrava por analisar e o respetivo tratamento face aos resultados;
- garantir a melhoria da qualidade do Ar na Região Centro. Ao nível das 9 Estações da Qualidade do Ar existentes na região, foi possível manter o seu bom funcionamento com o regular envio dos dados para Rede Nacional da Qualidade do Ar. Contudo, não foi possível avançar com o Plano de Execução previsto para a redução da emissão do poluente partículas nas áreas onde se registaram excedências, em virtude deste decorrer da aprovação do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, que se encontra na Tutela para aprovação desde finais de 2010;
- uniformização de procedimentos, georreferenciação de processos, realização de ações de promoção ambiental, etc.

A DSA esteve ainda envolvida noutras atividades que não estão contempladas no Plano de Atividades, mas que tiveram um peso significativo no trabalho global da Direção de Serviços e que a seguir se descrevem:

- ✓ Realização no Auditório da CCDRC, no dia 19 de Dezembro, de um workshop sobre gestão da utilização de solventes para promover difusão de conhecimentos e troca de experiências sobre este tema. A utilização de solventes está, para certas atividades, condicionada pelo DL 242/2001, de 31 de Agosto, que resulta da transposição da Diretiva n.º 1999/13/CE, do Conselho, de 11 de Março, que estabelece um regime jurídico para a utilização de solventes usados no seu estado puro ou como constituintes de tintas e colas, em instalações industriais e lavandarias, quando os respetivos consumos excedem determinadas quantidades;
- ✓ Participação como orador convidado no Seminário subordinado ao tema “Qualidade do Ar: Apresentação dos resultados do Projeto CentrAr”, promovido pelo CTCV e CCDRC;
- ✓ Realização de visitas de acompanhamento a todos os centros de tratamento de resíduos sólidos urbanos e de resíduos não perigosos localizados na Região Centro, cuja entidade licenciadora é a CCDRC. As visitas tiveram como objetivo a elaboração de um relatório sobre a situação destas unidades de tratamento de resíduos, em termos de licenciamento e de funcionalidade das instalações.

- ✓ Realização de uma ação de formação promovida pela DSA, dirigida às DSR's, com a finalidade de transmitir e reforçar a aptidão daquelas unidades orgânicas para a realização de vistorias. Foram debatidas as temáticas resíduos, emissões gasosas, licença ambiental, avaliação de impacto ambiental, e recuperação paisagística de pedreiras.
- ✓ Participação em várias reuniões de trabalho na APA destinadas à definição do regulamento das Taxas de Gestão de Resíduos.
- ✓ Realização de trabalho de campo, através da participação em 255 vistorias conjuntas, num universo de 310, destinadas ao acompanhamento do desempenho ambiental e realizadas a estabelecimentos industriais, a explorações de massas minerais e a unidades de gestão de resíduos licenciadas pela CCDR ao abrigo do regime geral de licenciamento previsto no D.L. n.º 178/2006, de 5/09;
- ✓ Participação em várias reuniões de trabalho destinadas à análise, em conjunto com outras entidades, de processos de regularização do licenciamento de várias atividades, tais como: pecuária, indústria e pedreiras.

A esta unidade orgânica estão cometidas uma grande diversidade de competências, cuja execução exige o conhecimento de uma variedade muito grande de legislação e conhecimento técnico muito específico em várias temáticas para a sua correta execução. O ano de 2011 revelou-se novamente um ano muito difícil, face aos escassos recursos humanos com formação específica nas áreas de trabalho afetas à DSA, agravado pela saída, por aposentação, de uma técnica superior e ausência prolongada de outra. Assim, só graças a um esforço e empenho muito grande por parte da maioria dos seus colaboradores foi possível obter os resultados apresentados que se consideram muito bons, perante o elevado volume de processos tratados na Direção de Serviços. Como se pode verificar pelos indicadores entradas e saídas registadas nesta unidade orgânica. Deram entrada 7638 documentos, das quais foram 3484 foram tratadas na Divisão de Avaliação Ambiental (DAA) e 3868 pela Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental (DLPA), enquanto o número de saídas se cifrou em 5899, das quais 3700 correspondem a documentos produzidos pela DAA e 2336 pela DLPA.

Quanto às receitas arrecadadas, a DSA contribuiu com o montante de 398.187,39€, referente essencialmente aos seguintes atos (comparticipações da DRE-C e DRAP-C, pela emissão de pareceres e participação em vistorias no âmbito do REAI; procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, emissão de alvarás de operações de gestão de resíduos, emissão de pareceres sobre altura das chaminés. Esta receita é repartida pelas Divisões do seguinte modo: DAA - 127 172,30 €. e DLPA – 271.015,09 €. A esta receita, acresce ainda a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), provenientes dos sistemas de gestão de aterros e incide sobre a quantidade de resíduos geridos que, embora seja uma receita consignada a despesas administrativas e de acompanhamento dos sistemas, ascendeu em 2011 a 2.710.064€.

Direção de Serviços de Fiscalização (DSF)

A DSF definiu cinco objetivos no Plano de Atividades de 2011, que a seguir se explicitam:

Objetivo 1. *“Implementar plano de fiscalização”* . foi aprovado um plano de fiscalização para 2011, que estava centrado na fiscalização de depósitos ilegais de veículos em fim de vida (VFV), metais ferrosos e não ferrosos e de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, na exploração de massas minerais (pedreiras) ativas e abandonadas com passivos ambientais e na fiscalização do cumprimento do regime jurídico das operações de gestão de resíduos de construção e demolição e do regime jurídico de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas. Do plano de fiscalização constam ainda ações no âmbito dos loteamentos, rede natura 2000 e reserva ecológica nacional.

Foram realizadas pelos técnicos da DSF 129 ações de fiscalização do plano previamente aprovado, validadas mediante relatório de fiscalização, verificando-se um desvio positivo de 61% em relação à meta estabelecida (80 ações).

Objetivo 2. “ dar resposta às reclamações em tempo útil”. No que se refere à resposta às reclamações em tempo útil foi verificado que o tempo médio de resposta dado às reclamações tratadas na DSF foi de 34 dias. A meta de superação era o tempo médio menor ou igual a 112 dias. Na superação deste objetivo teve influência a tipificação das reclamações, os procedimentos estabelecidos para o seu seguimento, os documentos tipo estabelecidos e o contributo dado pelos dois elementos que dão apoio administrativo que, para além dos técnicos superiores, deram resposta a um conjunto importante de reclamações menos complexas. As rotinas implementadas nos processos mais simples e tipificados permitiram uma resposta mais célere às reclamações de natureza ambiental e de ordenamento do território.

Objetivo 3. “Promover a política de gestão de resíduos”. Na implementação do presente objetivo estava previsto a realização de um conjunto de quadro ações de formação na área dos resíduos aos elementos do SEPNA -GNR . Assim, foram realizadas quatro ações de formação de 3 horas cada aos elementos do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana no:

- Comando Territorial de Coimbra em 04 de Novembro de 2011.
- Comando Territorial de Aveiro em 17 de Novembro de 2011.
- Comando Territorial de Castelo Branco em 22 de Novembro de 2011.
- Comando Territorial de Viseu em 15 de Dezembro de 2011.

Objetivo 4. “atualizar os temas da DSF no Portal da CCDRC”. Com o presente objetivo pretendeu-se atualizar o tema “Fiscalização” no Portal da CCDRC, nas matérias que se prendem com as temáticas da competência da DSF, permitindo aos utilizadores do Portal o acesso à legislação atualizada, informação sobre sanções, obrigações legais e avisos. Foram atualizados com suficiente desenvolvimento oito temas que abrangeram a Reserva Ecológica nacional, a Rede natura 2000, a responsabilidade por danos ambientais, afixação e inscrição de publicidade, óleos usados, pilhas e acumuladores portáteis, pneus e pneus usados, resíduos de construção e demolição, pelo que o objetivo apenas foi cumprido.

Objetivo 5. “Garantir a erradicação de operadores de gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais”. Em 2011 foi possível erradicar 45 depósitos ilegais de VFV e de sucata. No âmbito dos passivos ambientais foi possível também, após a intervenção da CCDRC, a eliminação de 37 depósitos de resíduos de construção e demolição (RCD). No total foram eliminados 82 depósitos de resíduos ilegais ultrapassando a meta estabelecida de 26.

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira tinha inscritos no plano de atividades para 2011, 13 objetivos, desagregados em 23 indicadores que cobrem toda a área de atuação desta unidade orgânica. A DSCGAF enquanto unidade orgânica transversal a toda a organização na definição dos seus objetivos estruturou-os de forma a continuar a sua reorganização interna, a tentativa de otimizar a sua resposta e melhorar a sua comunicação interna e externa. Este esforço de reorganização, reestruturação, redefinição estratégica e reengenharia de processos tem como grande missão permitir um melhor desempenho e potenciar o longo caminho rumo à excelência e à qualidade. Pensamos que durante este ano

e apesar dos enormes condicionalismos orçamentais foram dados passos seguros nesse caminho tais como potenciar os recursos humanos e financeiros que colocados à nossa disposição.

Os diferentes objetivos sectoriais estabelecidos ao nível das divisões e unidades operacionais têm como denominador comum participar nesta alteração estratégica e contribuir para a missão de modernização administrativa.

Podemos ainda destacar os seguintes eixos estratégicos que são aglutinadores dos diferentes objetivos estabelecidos:

- Fazer melhor gastando menos;
- Melhor informação melhor decisão;
- As tecnologias e os sistemas de informação ao serviço da organização.

Todo este esforço tem de ser feito com as pessoas e para as pessoas pelo que estes objetivos estratégicos têm depois uma correspondência direta nos objetivos individuais de todos os colaboradores desta Direção de Serviços

O balanço é assim positivo e foram dados passos muito importantes na consolidação de uma estratégia que passa por tornar mais eficiente e eficazes na prestação de serviços todas as áreas desta Direção de Serviço.

Durante o ano de 2011 foi possível consolidar toda a infraestrutura informática da CCDRC. Foram iniciados os procedimentos para aquisição da solução que visa a melhoria da rede local LAN aumentando a sua velocidade, robustez e fiabilidade e foi adjudicada a solução de armazenamento e backup que concorreu para reforçar a infraestrutura de suporte ao SI da CCDRC e do Mais Centro. Foi ainda melhorado o serviço de comunicações de rede alargada (comunicação com as DSRs e FM). Nesse ano, foi facultada formação na área do ITIL e na área da Segurança do Sistema de Informação à totalidade dos técnicos de informática.

Em 2011 também foi possível adjudicar a solução do Cartão Integrado de Identificação dos Trabalhadores, que melhorou uma série de aspetos relacionados com a segurança física das instalações e lógica no que diz respeito ao sistema de informação.

Durante o mesmo período foi adquirida e devidamente configurada uma importante ferramenta de apoio à atividade de gestão da infraestrutura e organização dos serviços TIC prestados, o “*SysAid*”.

Por motivos relacionados com os constrangimentos orçamentais, não foi possível dar seguimento ao objetivo relacionado com o novo ambiente único, que transita assim para o ano de 2012.

Na área do Sistema de Informação Geográfica, foram desenvolvidas diversas iniciativas, designadamente, concluir o Visualizador de Informação Geográfica e atualizado o sistema com a mais diversa informação de interesse para a atividade da CCDRC.

Na área dos SIG, foi alargado conjunto de ferramentas de SIG disponíveis para os utilizadores com a aquisição da ferramenta *3D Analyst* e dos serviços que permitem disponibilizar informação geográfica para o exterior.

Foi informatizada a totalidade dos processos que se encontravam no arquivo da CCDRC e a base de informação disponibilizada para consulta na Intranet. Para além disso, periodicamente, foi disponibilizada informação sobre as entradas de periódicos.

Ainda no âmbito do arquivo, foi dado seguimento à iniciativa de disponibilizar algumas publicações do acervo bibliográfico da CCDRC, criando uma Biblioteca Digital no portal da CCDRC, que permitiu recuperar um conjunto considerável de publicações editadas pela CCDRC e disponibilizá-las ao público em geral.

Na área da comunicação foram desenvolvidas várias atividades. Destaca-se a elaboração do Manual de Acolhimento, que passou a constituir um instrumento de referência para os trabalhadores atuais e para os novos que passam a integrar os quadros da CCDRC. A atividade de comunicação destacou-se ainda pelo número de iniciativas realizadas na área das redes sociais designadamente na atualização e manutenção do *Flickr*, *Twitter* e *LinkedIn*.

Foram desenvolvidas sites de interesse para a comunidade em geral, nomeadamente o site dos “Museus e Espaços Museológicos” e o “Datacentro- Informação para a região”.

Foram introduzidos procedimentos de verificação dos documentos de suporte aos vencimentos, como por exemplo, cruzamento de dados de serviço externo/deslocações em serviço, com as ajudas de custo constantes dos boletins apresentados. Solicitação de justificação de inconformidades por parte dos dirigentes. Numa lógica de segregação de tarefas e de verificações, reorganizou-se o procedimento, através da disponibilização de mais trabalhadores da Secção de Pessoal no procedimento de verificação, querendo com isto aumentar as etapas da verificação, por exemplo: análise pormenorizada dos boletins de ajudas de custo logo que dão entrada na DORH, quer pela Chefe de Divisão quer pela Técnica Superior responsável pela área dos vencimentos.

Para além da diminuição eventual das despesas, verificou-se uma diminuição nos erros decorrentes da inserção de dados para os vencimentos, o que levou a uma poupança no tempo de processamento de vencimentos.

No ano anterior optou-se por normalizar o acesso à formação com a implementação da Norma de Procedimento. Em 2011 foi elaborado um Plano de Formação que fazia o enquadramento das necessidades de formação dos trabalhadores da CCDRC, bem como do encaminhamento normalizado de todos os pedidos de frequência de formação. Este procedimento aumentou as participações em ações de formação focalizadas nas tarefas desempenhadas pelos trabalhadores.

O ciclo de gestão como o elo mais forte para a gestão. O ciclo de gestão (SIADAP 1, 2 e 3) implica uma série de procedimentos quer do avaliado quer do avaliador que tem que ser objeto de muita atenção por parte de quem organiza o processo. A DORH como agente organizador foi chamando a atenção de todos das tarefas e da calendarização. Através de publicação de notícias na intranet e do envio de email pessoal, todas as etapas foram devidamente descritas.

Foi efetuado o levantamento de todos os bens móveis, a sua valorização de acordo com os critérios definidos na Lei, tendo sido posteriormente efetuado o seu registo no módulo da aplicação informática respeitante ao património. O módulo do património faz a integração dos respetivos valores na contabilidade, nas contas da classe 4 do imobilizado e atualizando assim os valores do balanço, e por outro efetua as amortizações anuais que se refletem na demonstração de resultados.

Foi implementado um novo módulo do sistema de informação que permite que os serviços emitam as guias de receita e que o seu valor seja automaticamente registado contabilisticamente. Este instrumento permite um melhor e mais eficaz acompanhamento do orçamento e da sua execução do lado da receita. Foram efetuadas várias apresentações desta nova funcionalidade e esclarecidos os utilizadores sobre o seu funcionamento. Ainda para permitir um maior apoio aos utilizadores,

foi designada uma técnica da DGFP que ficou com a responsabilidade de acompanhar e dar apoio técnico a todos os outros serviços na emissão das guias de receita.

Para que seja efetuado um acompanhamento mensal das principais rubricas das despesas correntes, foi definido um conjunto de indicadores que permitiram acompanhar e implementar medidas corretivas de modo reduzir a despesa.

Foram definidos alguns procedimentos internos que possibilitaram a redução das despesas com o consumo de eletricidade, despesas com o correio, o consumo de papel e de consumíveis de escritório. Relativamente às deslocações de técnicos utilizando veículo do estado ou comboio, apesar do aumento dos combustíveis, a definição de novas regras permitiu a redução de despesas no consumo de gasóleo e gasolina, em portagens e na manutenção das viaturas. Foram também efetuados novos concursos públicos que permitiram a redução substancial de algumas despesas, nomeadamente em telecomunicações, segurança e no serviço impressão e cópias.



Introdução

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

A prossecução deste grande desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos estrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os fatores de competitividade da economia e a valorização do território: a Agenda Operacional para o Potencial Humano, a Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade e a Agenda Operacional para a Valorização do Território. A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da seletividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica – pelos vários programas operacionais.

O Programa Operacional 2007-2013 para a Região Centro, também adiante designado por Mais Centro e/ou Programa Operacional (PO) Regional, é um instrumento com aplicação à Região Centro, do Quadro de Referência Estratégico Nacional que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

O Programa dispõe de uma dotação FEDER de 1,7 mil milhões de euros, a que se associa uma comparticipação nacional de cerca de 0,4 mil milhões de euros, alavancando um investimento total de 2,1 mil milhões de euros nos sete anos de realização do Programa. O Programa foi inicialmente aprovado pela Comissão Europeia em 09/10/2007 pela Decisão C (2007) 4693, tendo sido aprovada uma nova versão do mesmo em 15/12/2011 pela Decisão C (2011) 9671. Após o processo de reprogramação, a ajuda prestada pela União Europeia (UE) à Região Centro ao abrigo do FEDER representa cerca de 7,9% das contribuições comunitárias para Portugal no âmbito da política de coesão 2007-2013.

O Mais Centro, fazendo parte do QREN e partilhando os mesmos objetivos estratégicos, tem como principal objetivo estabelecer as condições do crescimento socioeconómico através da:

- Qualificação e da valorização do território;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Inovação e competitividade das empresas;
- Exploração dos recursos e do património da região;
- Melhoria da qualidade do ambiente;
- Cooperação entre os setores e a construção de infraestruturas de desencravarmento, no respeito da complementaridade entre os fundos comunitários.

Deste modo, o Mais Centro contribui para a realização de um dos objetivos essenciais do QREN, um desenvolvimento regional equilibrado no conjunto do território.

O Mais Centro encontra-se, desde dezembro de 2011, estruturado em torno de quatro eixos prioritários: Competitividade, Inovação e Conhecimento (718 milhões de euros FEDER); Valorização do Espaço Regional (220 milhões de euros FEDER); Coesão Local e Urbana (714 milhões de euros FEDER); Assistência Técnica (49,6 milhões de euros FEDER).

Governança do PO Regional do Centro

A governança do PO desenvolveu-se de acordo com o modelo definido pelo Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que estabelece as atribuições e competências dos órgãos do QREN, a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, auditoria e controlo, certificação, gestão, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, em conformidade com os regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

O órgão de gestão do Mais Centro é a Autoridade de Gestão, que é composta pela Comissão Diretiva e pelo Secretariado Técnico. A 31 de dezembro de 2011 (Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2010 de 04 de Março) a Comissão Diretiva era composta pelo presidente da CCDRC (Alfredo Marques), que presidia na qualidade de Gestor do PO, por duas vogais executivas (Ana Abrunhosa e Isabel Damasceno) e por dois vogais não executivos (Raul Ventura Martins e Joaquim Morão Lopes Dias). O Secretariado Técnico era composto por 65 colaboradores, incluindo 5 Secretários técnicos e 4 Coordenadores. Atualmente, a Comissão Diretiva é presidida por Pedro Manuel Saraiva.

A Autoridade de Gestão do Mais Centro delegou competências aos seguintes Organismos Intermédios (OI), para desempenharem funções de gestão no âmbito dos Sistemas de Incentivos:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI);
- Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (Turismo de Portugal, I.P.);

- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E.P.E);
- Agência de Inovação, S.A. (ADI).

Em 16 de Dezembro de 2008, após homologação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, a Autoridade de Gestão celebrou contratos de delegação de competências para gestão de subvenção global com os seguintes Organismos Intermédios/Associações de Municípios baseados em NUTS III: AM Dão Lafões, AM Comurbeiras, AM Pinhal interior Norte, AM Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, AM Baixo Mondego, AM Baixo Vouga, AM Pinhal Litoral, AM Oeste, AM Serra da Estrela, AM Beira Interior Sul.

Realização Física do Programa Operacional

No que concerne aos resultados do Programa, destacamos:

- i) A relevância dos incentivos aos projetos de investimento das PME que, num total de 1.112 projetos com contrato celebrado, envolvem 294,9 milhões de euros FEDER e 886 empresas;
- ii) O apoio a 253 projetos na área da I&DT, 197 dos quais de apoio a empresas no âmbito do SI I&DT e 56 de infraestruturas científicas e tecnológicas;
- iii) No setor da educação, ensino básico, com 203 centros escolares construídos e/ou remodelados para o ensino pré-escolar e 1º ciclo, o apoio a 1.865 salas de aulas, beneficiando 44.492 alunos, cerca de 28% da população escolar da Região nestes níveis de ensino;
- iv) Nos equipamentos, os do setor da saúde, com 23 projetos abrangendo 18 unidades de saúde, onde se inclui o Equipamento do Novo Hospital Pediátrico de Coimbra e a Ampliação do Hospital Sousa Martins – Guarda;
- v) No âmbito da regeneração urbana, no conjunto, a população abrangida pelos projetos aprovados nesta tipologia de intervenção, 415 projetos, atinge cerca de 630 mil pessoas. Se a estes projetos acrescentarmos os das redes urbanas para a competitividade e para a inovação verificamos que cerca de 89% da população das cidades da Região já beneficiam de apoios nestes domínios.

Realização Financeira do Programa Operacional

A 31/12/2011, o PO financiou projetos que envolveram um investimento total de 2.311.388.154,92 euros. A despesa validada aos beneficiários atingia, em 2011, o montante global de 590.715.362,39 euros e os pagamentos FEDER efetuados envolveram um total de 613.302.979,38 euros, dos quais 122.063.561,94 euros foram realizados pelos Organismos Intermédios dos Sistemas de Incentivos. Destaca-se a realização financeira do Eixo 3, que corresponde a cerca de 50,5%.

Programação Financeira, Aprovações, Execução e Pagamentos por EP, a 31/12/2011

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (FEDER) (PR)	Aprovações - FEDER (AP)	Execução - FEDER (EX)	FEDER pago ao Beneficiário (PG)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	718.000.000,00	545.717.803,59	145.033.395,26	160.249.272,29
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	220.000.000,00	244.894.777,24	124.333.161,59	132.298.250,72
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	714.000.000,00	608.759.239,94	309.768.301,29	309.527.727,99
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	49.633.124,00	24.952.857,09	11.580.504,25	11.227.728,38
Total Programa Operacional	1.701.633.124,00	1.424.324.677,86	590.715.362,39	613.302.979,38

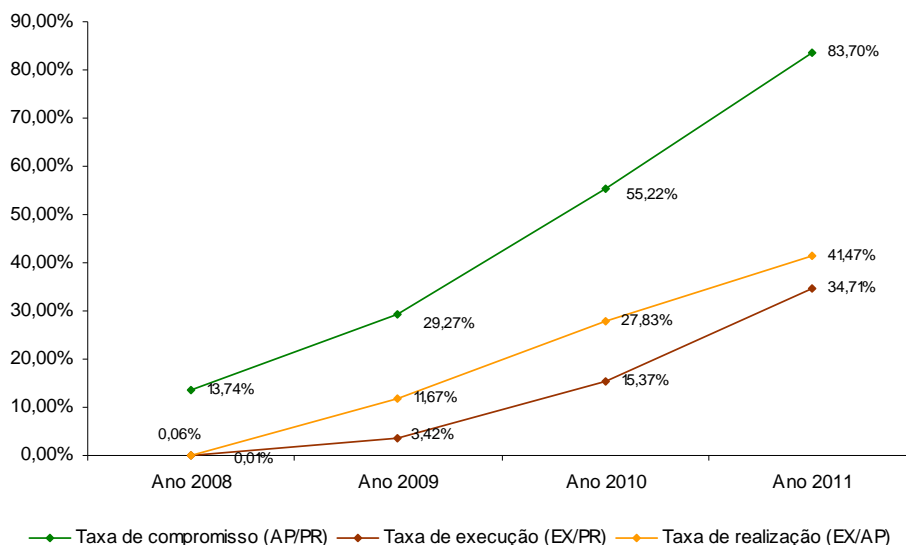
A taxa de execução alcançada em 2011 foi de 34,71%, o que representa mais do dobro da execução até ao final do ano 2010 (15,37%). De referir ainda que o Programa conseguiu, até ao final do ano 2011, que a sua execução correspondesse a 41,47% dos montantes aprovados (taxa de realização), e que os pagamentos correspondessem a 43,06% das aprovações (taxa de pagamento).

Indicadores financeiros do Programa, a 31/12/2011

Designação de Eixo Prioritário	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	76,01%	20,20%	26,58%	29,36%	110,49%
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	111,32%	56,52%	50,77%	54,02%	106,41%
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	85,26%	43,38%	50,89%	50,85%	99,92%
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	50,27%	23,33%	46,41%	45,00%	96,95%
Total Programa Operacional	83,70%	34,71%	41,47%	43,06%	103,82%

Apesar da recuperação na execução do Programa, verifica-se ainda uma diferença significativa entre esta e o compromisso do Programa. Durante 2011 registou-se um aumento significativo do compromisso do Programa que se ficou a dever a um volume muito significativo de aprovações de operações individuais, em particular pela via da contratualização com as Associações de Municípios e pela Política de Cidades.

Evolução da taxa de compromisso, de execução e de realização, até 31/12/2011



Quanto à distribuição por NUTS III verifica-se que a região do Baixo Vouga é a região com maior n.º de projetos aprovados, seguida das regiões do Baixo Mondego e Pinhal Litoral, que representam 17,78%, 14,11% e 13,39% do total, respetivamente. No que respeita ao fundo comunitário aprovado, a NUTS do Baixo Mondego apresenta o maior valor de aprovações, seguida pelas regiões do Baixo Vouga e Pinhal Litoral. De referir ainda, o Oeste e Médio Tejo, as novas regiões que vieram integrar a NUTS II Centro, com valores FEDER que representam 19,59% do total de aprovações e 20,39% do n.º de projetos.

Repartição da contribuição da União por NUTS III, a 31/12/2011

NUTS	Aprovações		Execução	
	Nº Projs	Fundo	Fundo	Tx EX/AP ² (Fundo)
Baixo Vouga	490	242.049.427,59	79.269.966,50	32,75%
Baixo Mondego	389	269.106.787,31	104.095.557,37	38,68%
Pinhal Litoral	369	143.571.834,69	62.878.908,39	43,80%
Pinhal Interior Norte	165	83.332.937,25	42.477.052,48	50,97%
Dão-Lafões	261	117.623.208,60	54.517.898,50	46,35%
Pinhal Interior Sul	39	22.042.968,51	10.299.355,42	46,72%
Serra da Estrela	50	27.942.221,89	12.448.531,43	44,55%
Beira Interior Norte	166	100.570.424,96	60.535.834,82	60,19%
Beira Interior Sul	89	34.780.113,70	17.841.285,85	51,30%
Cova da Beira	132	46.388.881,53	13.504.111,08	29,11%
Oeste	313	143.376.062,76	56.035.304,43	39,08%
Médio Tejo	249	135.629.887,74	53.698.066,69	39,59%
Multiregional Convergência por NUT III	28	9.193.573,16	1.791.746,54	19,49%

² Nos quadros apresentados, a taxa calculada neste campo é de realização, não obstante encontrar-se aqui associada à informação relacionada com a execução.

NUTS	Aprovações		Execução	
	Nº Projs	Fundo	Fundo	Tx EX/AP ² (Fundo)
Não Regionalizável por NUT III	16	48.716.348,17	21.321.742,89	43,77%
Total	2.756	1.424.324.677,86	590.715.362,39	41,47%

Quanto ao contributo para a execução do PO, a região do Baixo Mondego contribuiu também com a maior percentagem (17,62%), seguida da região do Baixo Vouga (13,42%).

Se atendermos às taxas de realização de cada NUTS III, verificamos que a Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e o Pinhal Interior Norte evidenciam os maiores valores (60,19%, 51,3% e 50,97%, respetivamente).

Principais tarefas efetuadas pela Autoridade de Gestão

Desde o início do período de programação foram apresentadas mais de 5.000 candidaturas que totalizam um investimento total previsto que ascende a 6.273 M€. No ano 2011 foram apresentadas 941 candidaturas, às quais corresponde um investimento previsto da ordem dos 854,91M€.

Das 5.105 candidaturas apresentadas, 3.352 foram admitidas, com o correspondente investimento total previsto de 4.894 M€, o que traduz um investimento total médio por candidatura admitida de cerca de 1,46M€.

Indicadores relativos ao processo de seleção, a 31/12/2011

Indicador	Valor
Avisos de Abertura de Concurso	342
Montante do Fundo a Concurso Associado	1.589,75 M€
N.º Candidaturas Apresentadas	5.105
Investimento Total Previsto	6.273,79 M€
N.º de candidaturas admitidas	3.352
Investimento Total Previsto	4.894,61 M€
Investimento médio por candidatura admitida	1,46 M€

Quanto aos resultados alcançados para cumprimento das prioridades da União Europeia em matéria de promoção da competitividade e de criação de emprego (despesas Earmarking), constata-se que do total aprovado no Programa (1.424.324.677,86 euros) cerca de 72% (1.028.408.534,06 euros) contribuem para a execução daquelas prioridades. Os maiores contributos verificam-se nos temas prioritários infraestruturas de ensino, projetos integrados de reabilitação urbana e rural e investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação que, em conjunto, representam 64,2% do total Earmarking.

Problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional

Os problemas que a Autoridade de Gestão encontrou, em 2011, são em grande medida próximos dos relatados em 2010, no entanto destacamos quatro como mais significativos: i) alterações introduzidas pelo 2.º Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); ii) tratamento dos projetos geradores de receitas; iii) carga administrativa associada a projetos de natureza imaterial, quer ao nível da aprovação, quer da análise dos pedidos de pagamento; e iv) descrição dos sistemas de gestão e controlo das CIM.

i) A aplicação do 2.º Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP obrigou a sucessivas alterações dos regulamentos específicos, sendo reconhecido o impacto administrativo associado, em particular os constantes pedidos de alteração das operações aprovadas.

ii) Apesar de existir informação comunitária suficiente que permite a aplicação direta do artigo 55º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, um dos constrangimentos verificados com as operações classificadas como Projetos Geradores de Receitas foi o fato de o Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão necessitar de reforçar competências técnicas neste domínio, através de ações de formação.

iii) A AG tem um número significativo de operações imateriais, em particular as associadas aos programas de reabilitação urbana que, pela sua natureza, implicam um esforço técnico adicional quer na análise técnico-financeira, quer na apreciação de pedidos de pagamento.

iv) Dificuldade em aprovar a Descrição dos Sistema de Gestão e Controlo relativa aos OI EAT CIM, o que provocou uma impossibilidade de estabilizar procedimentos e de certificar despesa em que estas entidades participam.

Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional

Desde o início do período de programação e implementação do QREN, o contexto alterou-se substancialmente. O ano de 2010 e o início de 2011, foram períodos bastante difíceis para Portugal, tendo sido marcados por fortes pressões sobre as dívidas soberanas dos Estados Membros da Zona Euro e sobre o controlo orçamental. Esta instabilidade resultou no pedido de assistência financeira por parte de Portugal ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira em Abril de 2011.

Apesar de ao longo de 2010 se terem registado melhorias no andamento da atividade produtiva, o ano de 2011 ficou marcado por consecutivos decréscimos do Produto Interno Bruto nacional. Ao longo de 2011, assistiu-se a uma maior dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho da população disponível para trabalhar, originando níveis de desemprego que atingiram máximos históricos (14,0% para Portugal e 12,6% para a Região Centro no quarto trimestre de 2011). Também a taxa de emprego atingiu o menor valor dos últimos anos. Apesar da Região Centro se ter mantido como a NUTS II com a menor taxa de desemprego do país, o número estimado de desempregados era já de 159 mil indivíduos no final de 2011. Esta deterioração do mercado de trabalho penalizou de forma mais intensa os desempregados de longa duração e os desempregados mais jovens (entre os 25 e os 44 anos).

A partir do final de 2008, os movimentos internacionais de bens diminuíram de forma intensa, tendo, no entanto, iniciado, no segundo semestre de 2009 (ainda num período de recessão económica), uma tendência de crescimento das relações comerciais da Região e do país com o exterior. No segundo trimestre de 2011, a atividade comercial dos operadores da Região Centro com países externos começou, no entanto, a abrandar. Esta desaceleração das exportações e das importações foi mais significativa na Região Centro do que no país.

Apesar de alguns resultados positivos (número de novas empresas criadas e valor do investimento privado), o ano de 2011 foi marcado por grandes constrangimentos financeiros no setor empresarial, com o aumento do crédito vencido e com maior dificuldade em contrair financiamento junto do sistema bancário.

Face a todas as mudanças de contexto evidenciados nestes últimos anos, em julho de 2011, as autoridades nacionais submeteram à Comissão Europeia uma reprogramação do QREN e dos respetivos PO que visava alterações de forma a atuar nas taxas de cofinanciamento (dados os compromissos de consolidação orçamental no setor público), no mercado de trabalho (com projetos geradores de emprego), na implementação de projetos empresariais (com enfoque em investimentos à inovação, à internacionalização e à clusterização) e na aposta na qualificação de jovens. Esta reprogramação do QREN e dos respetivos POs foi aprovada em dezembro de 2011.

Investimentos na Região Centro

Até ao final de 2011, foram aprovadas na região Centro 12.575 operações, no âmbito do QREN, as quais implicavam um investimento total de 9,4 mil milhões de euros e uma participação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 4,8 mil milhões de euros. De entre os vários programas do QREN, era o PO PH e o Mais Centro que registavam maior número de operações e de fundos comunitários aprovados. No Mais Centro, até 31 de dezembro de 2011, tinham sido aprovadas 2.760 operações individuais que se traduziam num investimento total na Região de 2,3 mil milhões de euros participado com fundo comunitário FEDER em 1,4 mil milhões de euros. Com um valor de fundo comunitário aprovado, na Região, muito semelhante ao do Mais Centro encontrava-se o PO PH, apesar de representar cerca do triplo em termos de operações aprovadas.

A CCDRC/Mais Centro, em colaboração com o Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro, iniciou um processo de avaliação e impacto dos investimentos regionais, sub-região por sub-região. Começamos com a CIM Baixo Vouga, e estivemos em seguida no Pinhal Interior Norte. Em breve estaremos na CIM Beira Interior Sul. O objetivo é mostrar os investimentos e as respetivas áreas, visitar os locais, discutir com as populações o seu impacto e dar voz aos promotores e à respetiva Comunidade Intermunicipal. Tudo isto é feito numa sessão em que reunimos com todos os autarcas e agentes económicos e sociais, para melhor perceber o impacto real destes investimentos QREN.

Conclusão

Apesar do aumento do ritmo de execução, que permitiu atingir uma taxa de execução de 34,71 % em 31 de dezembro de 2011 (face a 15,4% em dezembro de 2010), ainda é considerável a diferença entre esta e a taxa de compromisso do Programa, que se situava nos 83,70%. Este compromisso implica por parte da AG um esforço constante em termos de

acompanhamento e monitorização das operações, programas e planos aprovados. Significa também que, nos próximos anos, o foco será colocado na execução de compromissos já assumidos e na descativação de compromissos sem capacidade de execução.

O total acumulado de pedidos de pagamento submetidos à CE em 31 de dezembro de 2011 era de 449,73 milhões de euros FEDER. Em face destes pedidos de pagamento intermédios em carteira junto da CE a regra n+3 já tinha sido atingida por excesso em 2011, estando também já garantido a 31 de dezembro de 2011 a meta para 31 de dezembro de 2012. Contudo, face à necessidade de cumprir a regra n+3/n+2 em 2013, o que equivale a 987,23 milhões de euros de execução efetiva já descontando o pré-financiamento, o Programa terá que garantir uma execução em 2011 e 2012 capaz de diluir o peso relativo do exercício de 2013. A execução de 711,67 milhões de euros a 15 de maio de 2012, coloca o Mais Centro a 275, 56 milhões de euros da meta estabelecida para 2013. A análise da evolução da validação de despesa por parte da AG permite ter uma perspetiva otimista em função da intensificação do fluxo de submissão de despesa já verificado em 2011.

A fim de concretizar a estratégia de modernização e de reforço da competitividade do tecido económico da Região Centro, os avisos de 2011 privilegiaram os apoios aos setores dos bens e serviços transacionáveis e aos investimentos inseridos em Estratégias de Eficiência Coletiva, nomeadamente no âmbito dos Polos de Competitividade e Tecnologia e outros Clusters.

Em termos de perspetivas de implementação do Mais Centro em 2012, considera-se que a AG venha a defrontar-se com a necessidade de focar a sua gestão nas seguintes áreas: i) garantir uma reprogramação estratégica do Programa que esteja em linha com as necessidades dos agentes económicos e institucionais da Região; e ii) estimular a execução do Programa, o que implica impor como meta para 2012 uma taxa de execução de 50%.



Neste ponto, faz-se a análise sintética da informação prevista no Decreto-lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, de acordo com as recomendações do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS).

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro é um organismo da Administração Central do Estado com atuação direta na Região Centro (NUTS II).

É composta por duas unidades orgânicas principais. A sede, localizada na cidade de Coimbra, com 213 funcionários e colaboradores, concentra 82% do total de recursos humanos. Os restantes serviços desconcentrados totalizam 44 funcionários (18%) e estão localizados em Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

A distribuição de trabalhadores por unidade orgânica é a seguinte:

Tabela 9 – Distribuição dos recursos humanos por unidade orgânica

Direção de Serviços de Ambiente	23
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	22
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	50
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	19
Direção de Serviços de Fiscalização	8
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	23
Divisão Sub-Regional	45
Presidência	6
Mais Centro	63
TOTAL	259

Aos recursos humanos disponíveis na CCDRC cabe a tarefa de levar a cabo os objetivos definidos para a Organização. A análise de alguma das características do universo dos trabalhadores é apresentada anualmente no Balanço Social. Este instrumento permite por um lado avaliar a dinâmica dos recursos (entradas/saídas) e por outro analisar alguns dos seus comportamentos face ao que lhes é exigido pela Administração Pública (tipos de ausências).

As alterações ao Estatuto da Aposentação previstas no OE para 2010 motivaram os trabalhadores a requererem a aposentação, pelo que cerca de 90% das saídas são por aposentação antecipada.

A este fator estarão interligadas outras variáveis apresentadas no Balanço Social que tem que ver com a antiguidade na Administração Pública, que em termos globais se situa entre os 30 e 34 anos de serviço prestado (tempo muito próximo dos que são necessários para aposentação). No entanto, a maior parte dos trabalhadores da CCDRC estão no grupo etário dos 55 e 59 anos (idade abaixo da idade exigida para aposentação).

Assim o balanço do conjunto de saídas e entradas é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 10 – Entrada e saída de recursos humanos

	Entradas	Saídas
Trabalhadores	17	10

O maior número de entradas de trabalhadores para a CCDRC deve-se à conclusão de procedimentos concursais previstos para o ano anterior, mas que por diversas razões apenas foram concluídos no ano de 2011. Estão aqui incluídos também entradas de trabalhadores provenientes do CAGP, regressos de mobilidade interna.

O gráfico representa a evolução das entradas de trabalhadores para a CCDRC, nos últimos 3 anos, cabendo dizer que em 2009 estão contabilizados os trabalhadores que iniciaram as suas funções na Estrutura do PO – Mais Centro.

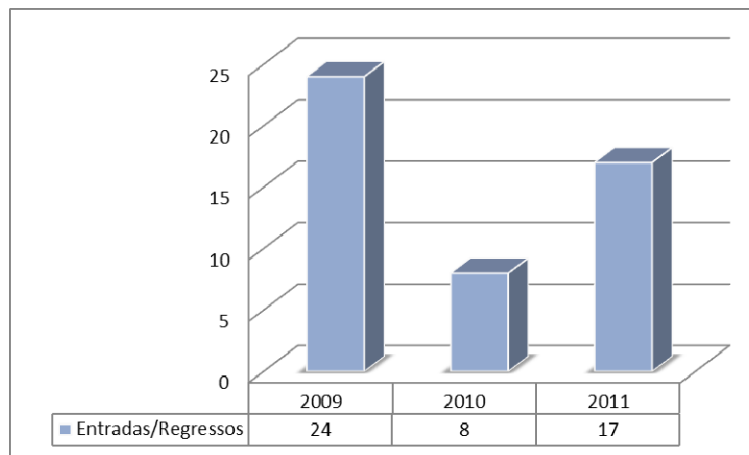


Gráfico 1. Entradas de trabalhadores na CCDRC, nos últimos 3 anos

O motivo de absentismo mais presente na assiduidade dos trabalhadores da CCDR Centro é a ausência ao serviço por motivo de doença (1.222 dias de ausência) e são as mulheres, que apresentam mais este tipo de justificação, quer seja para doença da própria, quer seja para apoio a familiar.

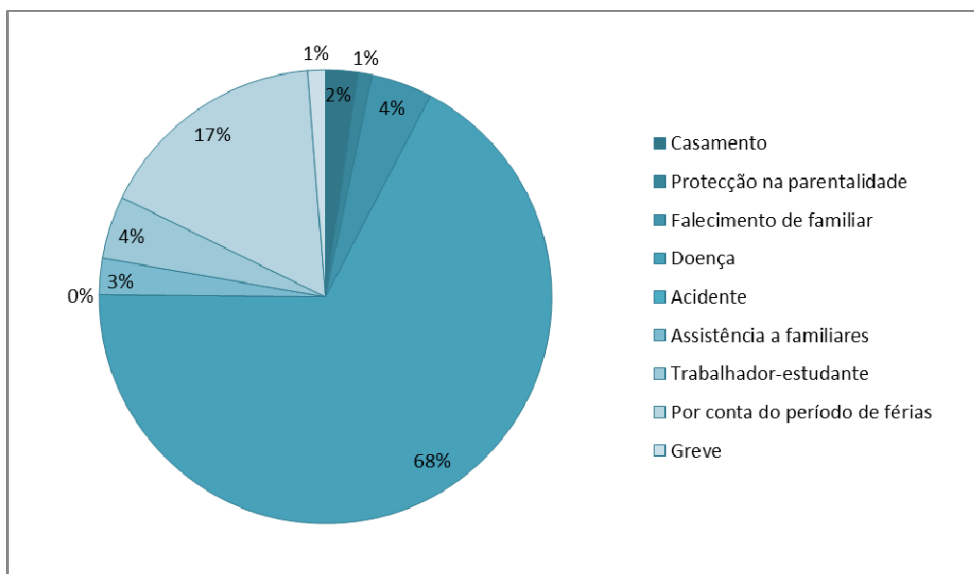


Gráfico 2. Distribuição do absentismo por tipo de ausência

As alterações das exigências ao nível das competências adquiridas têm reflexo no tipo de ausências que se verificaram no ano de 2011, nomeadamente as dadas ao abrigo do Estatuto de Trabalhador-Estudante, sendo que existem, atualmente, 9 trabalhadores com este Estatuto (todos inscritos no Ensino Superior).

As faltas dadas por falecimento de familiar representam o segundo motivo para ausência ao serviço, e por último, as faltas dadas por proteção na parentalidade que apenas foram justificação para os trabalhadores do sexo masculino.

O universo dos trabalhadores da CCDRC, que de acordo com o Sistema Integrado de Organização do Estado carregado por estes serviços, bem como do Balanço Social, à data de 31 de Dezembro de 2011, era de 259 trabalhadores, assim distribuídos:

Tabela 11 – Distribuição dos recursos humanos por sexo

Homens	145
Mulheres	114

Ao nível do género verifica-se assim uma maior proporção de indivíduos do sexo masculino que representam 56% do total.

Tabela 12 – Distribuição dos recursos humanos por carreira

Dirigentes	26
Técnicos Superiores	147
Assistentes Técnicos	67
Assistentes Operacionais	13
Carreira informática	6

O índice de tecnicidade é assim de 66.8%

Tabela 13 – Distribuição dos recursos humanos por habilitação académica

Doutoramento	3
Mestrado	16
Licenciatura	157
Bacharelato	4
12º ano	22
11º ano	14
9ºano	28
6ºano	9
4ªclasse	6

O nível de especialização é elevado cobrindo um vasto conjunto de profissões (áreas de atuação), com maior representatividade nas Engenharias, Economia/Gestão e Direito.



De acordo com o artigo 18.º n.º 1 da Lei n.º 66-B/2007, a expressão qualitativa da avaliação final dos serviços é expressa pelas seguintes menções:

- a) Desempenho bom, atingiu todos os objectivos, superando alguns;
- b) Desempenho satisfatório, atingiu todos os objectivos ou os mais relevantes;
- c) Desempenho insuficiente, não atingiu os objectivos mais relevantes.

Face ao exposto ao longo deste relatório, proponho a menção de Desempenho Bom, a atribuir no ano de 2011, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como resultado da auto-avaliação.

Organismo	Menção a atribuir em 2011
CCDRC	BOM

Coimbra, 19 de setembro de 2012

O Presidente da CCDRC


(Professor Doutor Pedro Manuel Andrade Saraiva)



Anexo 1. – Prestação de Contas

Anexo 2. - Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica

Anexo 3. - Inquérito interno realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

Anexo 4. – Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

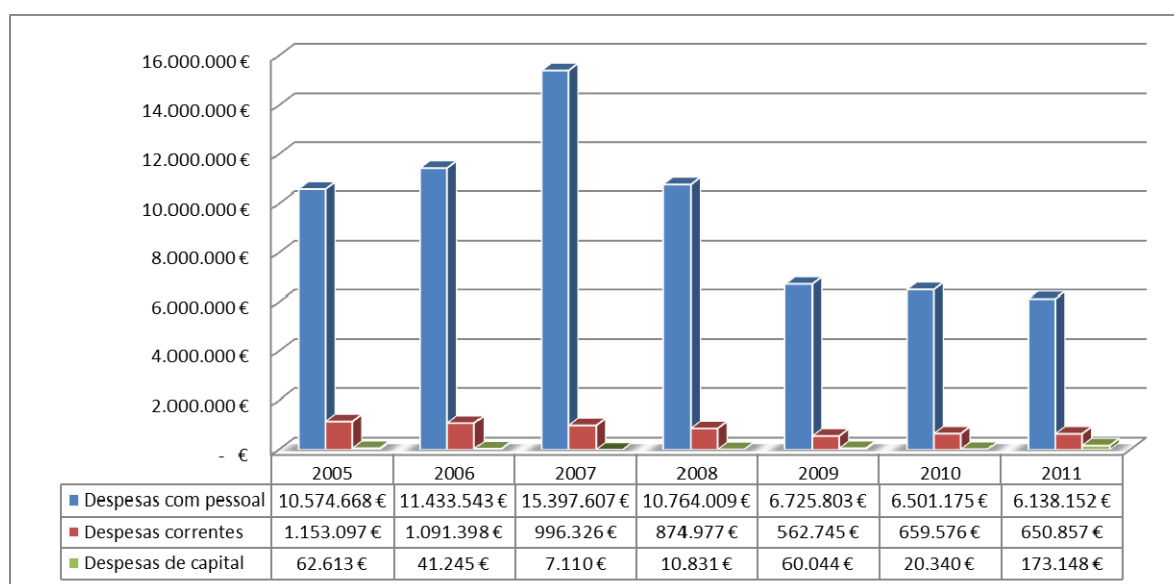


Prestação de Contas

Em 2011 a Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa Financeira (DSGAF) fechou o ciclo de modernização dos procedimentos de gestão financeira e patrimonial e dos respetivos suportes tecnológicos, iniciado em 2010, com a prestação de contas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e a adoção da Norma de Controlo Interno que lhe está subjacente. Esta prestação de contas junto do Tribunal de Contas foi feita de modo eletrónico.

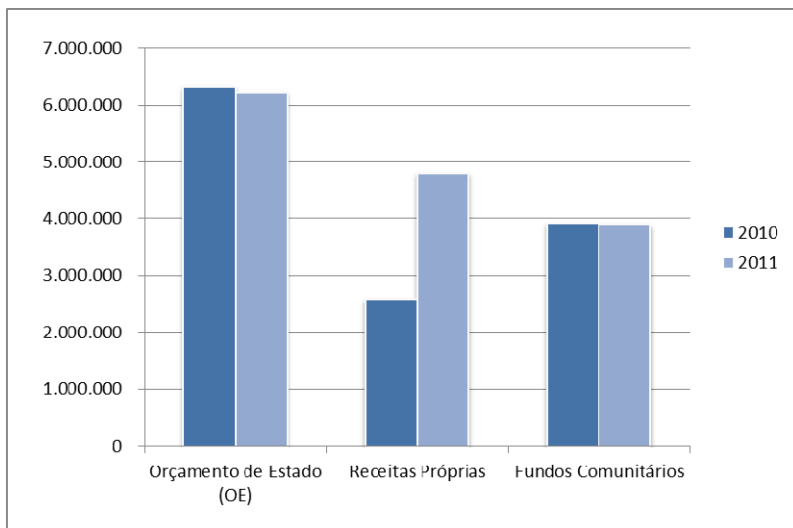
A 31 de Dezembro de 2011, a CCDRC não tinha dívidas a fornecedores, situação que se mantém sob controlo há vários anos.

A evolução da despesa por grandes grupos foi a seguinte:



Estrutura de despesa

O financiamento da atividade da CCDRC é assegurado por transferências do Orçamento do Estado (Receitas Gerais), por transferências de Fundos Comunitários (FEDER) e por Receitas Próprias (resultantes de taxas, contraordenações e prestações de serviços). A distribuição é a seguinte:



As transferências provenientes do Orçamento de Estado (OE) têm vindo a perder peso na estrutura de financiamento da CCDRC tendo em 2011 um peso de 42% quando em 2010 este peso era de 49% o que corresponde a um decréscimo absoluto de -89.272€.

Em 2011 as transferências de OE totalizaram 6.224.891€, montante que cobriu apenas 77% das despesas com pessoal.

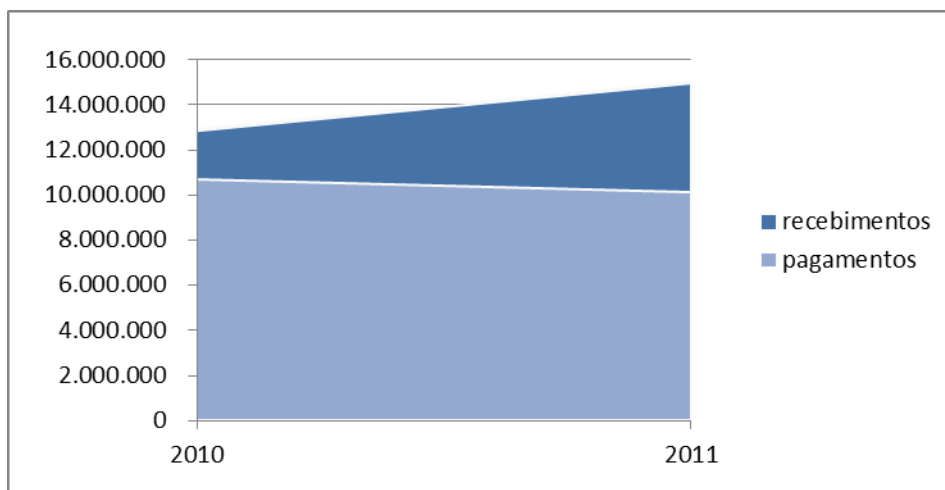
A transferência de fundos comunitários, teve, em 2011, um peso no orçamento de 26% totalizando 3.898.209€.

As receitas próprias representavam 32% em 2011 enquanto que em 2010 representavam 20%. Estas receitas próprias são quase na sua totalidade devido à cobrança da taxa de gestão de resíduos (TGR) sendo a mesma uma receita consignada.

Recebimentos e Pagamentos

Os recebimentos cresceram de 12.817.925€ (2010) para 14.920.875€ (2011), traduzido numa taxa de crescimento de 16%.

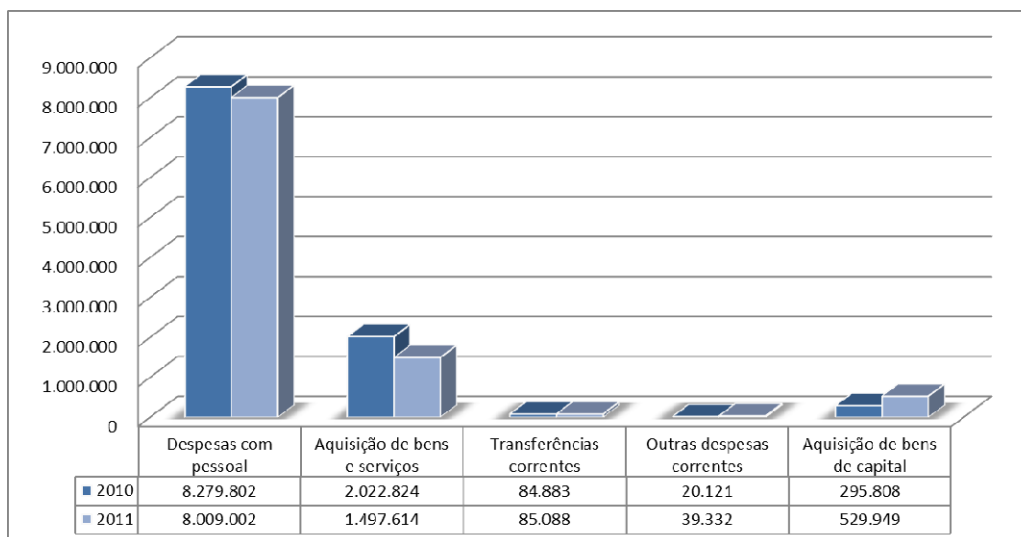
Os pagamentos tiveram comportamento contrário, ou seja decresceram 5%, passando de 10.703.438€ (2010) para 10.160.985€ (2011).



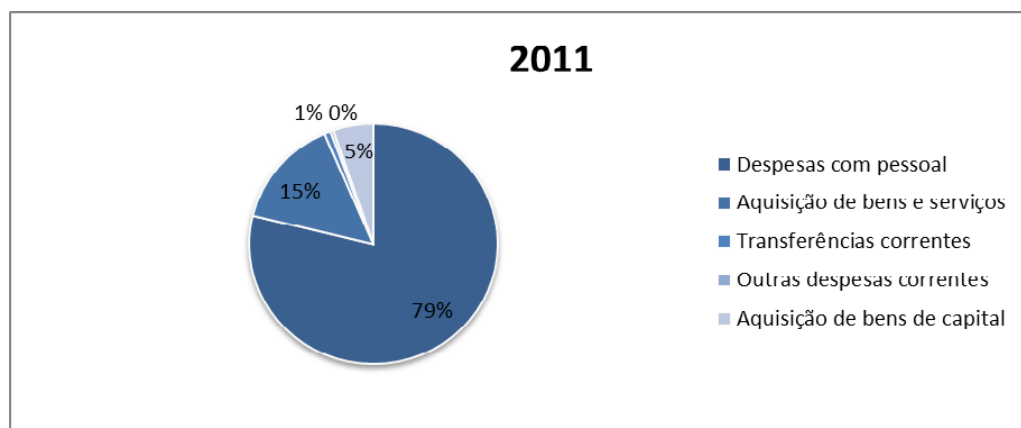
Indicadores de despesa

A despesa global decresceu em 2011 relativamente ao ano de 2010, cerca de 5%.

Para este resultado contribuíram positivamente as rubricas “despesas com pessoal” e “Aquisição de bens e serviços” cujas contribuições foram em termos absolutos de 270.800€ (-3%) e 525.210€ (-35%) respetivamente. Estes são as principais rubricas da despesa que representam 94% do seu total.



Na estrutura da despesa de 2011 as rubricas de “Pessoal” e de “Aquisição de bens e serviços” são as que têm maior peso, 79% e 15% respetivamente.



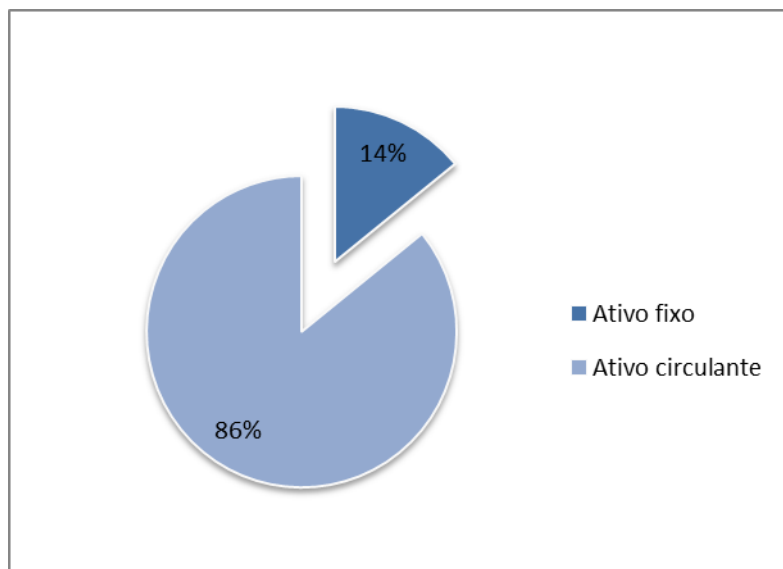
Análise Patrimonial

O ano 2011 marca o início da prestação de contas em POCP. No entanto, os trabalhos preparatórios para a implementação do sistema contabilístico permitiram a obtenção das demonstrações financeiras relativas ao ano de 2010, o que possibilita a apresentação de dados comparativos, não só do balanço, mas também da demonstração de resultados.

Estrutura do Ativo

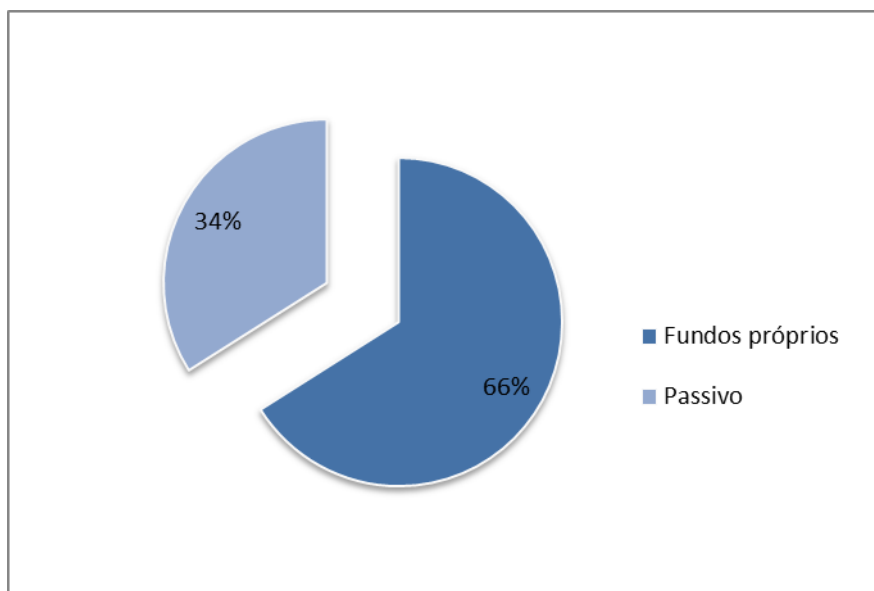
O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), e espelha a situação patrimonial da CCDRC a 31 de Dezembro de 2011.

Os capitais permanentes são totalmente financiados pelos capitais próprios.



Estrutura do Passivo

O valor apresentado como passivo refere-se na totalidade a valores inscritos em operações de tesouraria, nomeadamente referem-se a fundos comunitários geridos pela CCDRC mas que esses valores não pertencem à CCDRC.



Balanço e Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Apresenta os resultados das operações segundo a ótica económica (custos e proveitos) da CCDRC.

O aumento dos proveitos totais em 7%, 876.462,79 €, deve-se essencialmente ao aumento dos proveitos resultantes do agrupamento “impostos, taxas e outros” que registou em 2011 um aumento de 106%, 1.706.235,11 €. Este aumento é devido na sua totalidade às TGR que como já se referiu neste documento mas que aqui se reforça, são receitas consignadas no seu uso.

Nos proveitos, é ainda de referir, a redução em 8%, 849.917,25 €, das transferências e subsídios.

Nos custos, deve salientar-se a forte redução dos “custos com pessoal” e “fornecimentos e serviços externos” de 13%, 1.103.268 € e de 27%, 545.297 €, respetivamente.

BALANÇO					
Código das contas POCP	ACTIVO	Exercícios			
		2011			2010
		AB	AA	AL	AL
42	Imobilizações corpóreas:	1.591.246,02	531.434,84	1.059.811,18	865.033,57
21+24+26	Dívidas de terceiros - Curto prazo	37.231,62	0,00	37.231,62	0,01
13	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e d	6.403.172,31		6.403.172,31	3.721.016,07
27	Acréscimos e diferimentos	3.582,21		3.582,21	2.868,00
	<i>Total de amortizações.....</i>		531.434,84		
	TOTAL DO ATIVO.....	8.035.232,16	531.434,84	7.503.797,32	4.588.917,65
Código das contas POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios			
		2011		2010	
	Fundos próprios:				
51	Património		184.998,37		184.988,17
59	Resultados transitados		1.109.008,02		
88	Resultado líquido do exercício		3.660.451,32		1.298.500,12
	Total dos fundos próprios		4.954.457,71		1.483.488,29
	Passivo				
26	Dívidas a terceiros - Curto prazo		1.650.301,08		1.606.538,50
27	Acréscimos e diferimentos		899.038,53		1.498.890,86
	TOTAL DO PASSIVO.....		2.549.339,61		3.105.429,36
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO.....		7.503.797,32		4.588.917,65



**Grau de cumprimento dos objectivos do plano de actividades,
por unidade orgânica**

Grau e cumprimentos dos objectivos do plano de actividades, por unidade orgânica

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	DS	Preparar uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro no horizonte 2020	N.º de eventos	4		X	
		Promoção institucional da Região Centro e da CCDRC	N.º conteúdos produzidos	1	X		
	DPA	Valorizar o Sistema de Monitorização e Avaliação da Situação da Região Centro	N.º de indicadores estatísticos	65	X		
			N.º de "Região Centro – Boletim Trimestral" elaborados	4		X	
			N.º de documentos temáticos ou setoriais	4	X		
			N.º de comunicações apresentadas em Seminários	2	X		
			N.º de monitorizações "Políticas Públicas na Região Centro: QREN 2007-2013"	3		X	
		Avaliar o impacto socioeconómico de projetos de investimento na Região	Proporção dos pareceres emitidos até 2 dias antes do prazo definido	90%	X		
	DCP	Reforçar a dinâmica da cooperação e internacionalização da Região Centro e assegurar a gestão do programa POCTEP 2007-2013	N.º de contributos para avaliação dos custos de contexto na fronteira	2	X		
			N.º de atualizações dos sites das Comunidades de Trabalho CENCYL e EUROACE	20	X		
			N.º de iniciativas de internacionalização	3		X	
			Proporção de projetos POCTEP em execução na Região Centro com acompanhamento físico	80%	X		

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	
Objetivos	Fundamentações
Preparar uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro no horizonte 2020	<p>Foi promovida uma sessão de benchmarking na oficina de Bruxelas de Castilla y León que contou, ainda, com as representações em Bruxelas das regiões de East of England (Reino Unido) e West Norway (Noruega). Esta sessão pretendia ajudar a refletir nos modelos possíveis de interação da Região em Bruxelas, com o objetivo de disponibilizar aos atores regionais apoio no contacto com as instituições europeias e promover e defender os interesses regionais em Bruxelas.</p> <p>A dinamização do Programa PROVERE na região Centro durante o ano esteve focalizada no trabalho de apoio aos 8 PROVERE da Região Centro na preparação de projetos de investimento privados – empresariais – para serem candidatados ao concurso Nº 15 / SI / 2011 - SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO (SI INOVAÇÃO). Foram candidatados 60 projetos com um investimento de 129,8 milhões de euros. Em 19 de Dezembro realizou-se na Sertã o evento anual PROVERE, um workshop intitulado «Turismo nos territórios de baixa densidade da Região Centro: o papel das redes e parcerias», que procurou constituir uma iniciativa de apoio aos promotores privados interessados em preparar as suas candidaturas àquele aviso de concurso. Foi também o momento de apresentação pública na região do livro «Recursos e Território. Uma Geografia da Esperança».</p> <p>Foi concluído o estudo técnico para a criação da Rota de peregrinação Coimbra – Fátima. Este estudo teve a sua apresentação pública no dia 28 de Abril, em Coimbra.</p> <p>Numa organização conjunta entre a Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra / Turismo de Portugal, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a Entidade Regional Turismo Centro de Portugal e a Associação Rota da Bairrada, foram realizadas na região Centro as primeiras Jornadas de Enoturismo subordinadas ao tema “O Centro de Portugal como Destino de Enoturismo”.</p>
Promoção institucional da Região Centro e da CCDRC	<p>Foi apresentado formalmente o Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro, tendo sido celebrados protocolos entre a CCDRC, a Direção Regional de Cultura do Centro e o Turismo do Centro de Portugal com o intuito de assegurar a atualização da informação constante no roteiro e a sua distribuição.</p> <p>Junto dos 100 municípios da NUTS II Centro foram recolhidas fotografias representativas dos respetivos territórios e constituído um importante acervo, com mais de 1200 fotografias, colocado à disposição na internet (Flickr) para divulgação e promoção da região e do património.</p> <p>Foram editados em formato digital os livros e documentos sobre a região e disponibilizados na biblioteca digital da CCDRC.</p>

<p>Valorizar o Sistema de Monitorização e Avaliação da Situação da Região Centro</p>	<p>Em Dezembro de 2011 disponibilizou-se o Datacentro. Trata-se de uma plataforma informática que engloba mais de 800 indicadores que permitem avaliar, monitorizar e divulgar a situação da região e dos seus municípios e NUTS. Permite ao utilizador construir as tabelas à medida das suas necessidades estando a informação organizada em cinco grandes domínios: Região Centro, QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, Conjuntura, Europa e CCDRC.</p> <p>Foram editados quatro números do “Região Centro – Boletim Trimestral”.</p> <p>Foram divulgados vários documentos de análise tendo sido abordadas questões relacionadas com os municípios (endividamento, investimento efetuado e orçamentos apresentados para 2011), com a análise da informação censitária disponível (Recenseamento Agrícola 2009 e resultados provisórios dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação 2011), com a monitorização das políticas públicas (QREN), com o posicionamento da Região Centro no estratégia Europa 2020 e com o posicionamento relativo das NUTS III no contexto regional. Alguns destes trabalhos foram ainda divulgados com apresentações na CCDRC ou em seminários de desenvolvimento regional (17º Congresso da APDR e VIII Congresso de Geografia Portuguesa).</p>
<p>Avaliar o impacto socioeconómico de projetos de investimento na Região</p>	<p>A análise de projetos de investimento com a atribuição do mérito regional foi efetuada a 454 projetos candidatos aos sistemas de incentivos à Inovação (SI Inovação) e à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), tendo 98% sido emitidos até dois dias antes do prazo definido.</p> <p>No que respeita aos pareceres de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e Estudos de Impacto Ambiental (EIA) foram elaborados 17 pareceres, sendo que 92% deles foram emitidos até dois dias antes do prazo estabelecido.</p>

Reforçar a dinâmica da cooperação e internacionalização da Região Centro e assegurar a gestão do programa POCTEP 2007-2013

A CCDRC organizou a participação da Região Centro nos OPEN DAYS 2011 (Bruxelas, de 10 a 13 de Outubro). Esta participação teve várias componentes: participação no workshop «Innovation for a Healthy Future», organização de uma *brokerage session*, com sessões paralelas, para partilha de ideias e projetos relacionados com o tema «inovação no sector da saúde», onde participaram diversas instituições da Região Centro que integraram a delegação da região e, já em território nacional, foi realizado em parceria com o IPN o evento local dos Open Days, que consistiu num *Brokerage Event* - “DHMS: 2º Health Open Day”, que se realizou no dia 26 de Outubro, no Instituto Pedro Nunes, em Coimbra.

A gestão do Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha (2007-2013), no que se refere às Áreas de Cooperação que envolvem a Região Centro (Centro – Castilla y León e Centro- Alentejo – Extremadura), esteve centrada no acompanhamento da execução dos projetos da 1ª e da 2ª convocatória. São 54 projetos, envolvendo entidades do Centro e das regiões vizinhas de Castilla y León e Extremadura, que totalizam um apoio FEDER às entidades do Centro de 10,7 milhões de euros (financiamento a 75%). Neste âmbito foram ainda realizadas missões de acompanhamento de 29 entidades envolvidas naqueles projetos.

No âmbito da cooperação transfronteiriça a atividade centrou-se na animação das Comunidades de Trabalho CENCYL e EUROACE, através dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças (GIT). Para além das atividades de circulação de informação, apoio às Comissões Setoriais, organização de reuniões de trabalho das estruturas das Comunidades de Trabalho foram concretizadas as seguintes atividades:

Centro-Castilla y León (CENCYL):

Foi realizado o V Plenário da CT CENCYL, em Ciudad Rodrigo, a 15 de Fevereiro, onde foi feito um balanço do trabalho dos Comités Setoriais da Comunidade de Trabalho e apresentadas as principais linhas de trabalho para o futuro relacionadas com o projeto MIT – Mobilidade Inovação e Território e os Custos de Contexto Transfronteiriços.

Foram acompanhados e apoiados os projetos aprovados no POCTEP relacionados com o MIT, assegurando a coerência e complementaridade entre eles, nomeadamente os projetos LOGISTICA_CENCYL, a REDE DE CIDADES, INESPO – Cooperação entre universidades, ACTION – cooperação empresarial, VIP-BIN-SAL – Cooperação Beira Interior Norte-Salamanca.

Foi realizado um workshop em Coimbra, no dia 12 de maio, sobre os custos de contexto na fronteira para as empresas. Este workshop teve sequência depois com uma jornada realizada em Dezembro, em Almeida, envolvendo a AICEP e a EXCAL – Exportaciones de Castilla y León.

Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE):

Foi editado em livro o documento estratégico da Eurorregião «Euroace 2020».

Foram lançadas as bases para a criação de uma rede de cidades EUROACE, foi comemorado o dia da Europa, 9 de Maio em conjunto pelas três regiões que integram a EUROACE e foi apoiada a micro-iniciativa relacionada com o Congresso Internacional “A Escola de Cidadania Jovem”, evento para o qual se deslocaram cerca de 200 jovens da Região Centro a Mérida, no dia 6 de Maio.

Foi ainda dado um grande dinamismo ao portal da EUROACE (www.euro-ace.eu) com informações e notícias de todas as regiões relacionadas com temas e territórios relevantes em termos de cooperação transfronteiriça.

Foi assegurada a presença no II Fórum de Investigação & Desenvolvimento e Inovação nas regiões transfronteiriças promovido pela ARFE, Vigo, 5 e 6 de Abril 2011, onde foram apresentados dois projetos da região: INESPO e RITECA (Rede de Investigação e tecnologia da EUROACE).

No âmbito da Dinamização da Cooperação Transnacional e inter-regional as principais atividades realizadas durante o ano foram:

Participação na Assembleia-geral da Comissão do Arco Atlântico, 51a Rochelle, 9 e 10 de Junho

Participação nas atividades do grupo de Trabalho dos Transportes do Arco Atlântico que conduziu à participação na candidatura (entretanto aprovada) ao Programa de Cooperação transnacional Espaço Atlântico « CFA – EFFIPLAT: Criação de uma rede para a promoção e desenvolvimento do Corredor Ferroviário Atlântico de

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	DS	Divulgação de FAQ em matéria de apoio jurídico e financeiro às Autarquias Locais	FAQ elaboradas	Divulgação de 12 FAQ	X		
		Medidas de Tutela da legalidade	Percentagem de propostas de decisão sobre autos de contraordenação	Formulação de 65% das propostas de decisão sobre os autos de contraordenação instaurados em 2011 ou com instrução concluída em 2011	X		
	DAJ	Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	Tempo médio de resposta/Qualidade	60% dos atos de apoio jurídico prestados em 30 dias úteis com correção jurídica; elaboração até 31/07 de programa tipo de contratos de empreitadas de obras públicas; sessões de esclarecimento sobre a correta elaboração de autos de notícia;	X		
		Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	Tempo médio de resposta e qualidade	60% dos atos de apoio jurídico prestados em 30 dias com correção jurídica	X		
	DCTF	Acompanhamento técnico das Juntas de Freguesia da Região Centro na aplicação do regime simplificado do POCAL com recurso à ferramenta informática sIn.pocalCENTRO	Nº de Freguesias da Região Centro que inserem informação na aplicação informática sIn.pocalCENTRO	50% das Freguesias da Região Centro inserirem informação na aplicação informática sIn.pocalCENTRO	X		
		Cooperação técnica e financeira com autarquias e entidades equiparadas e com entidades associativas de utilidade pública de âmbito religioso, cultural e desportivo	Nº de processos de contratos e protocolos.	Acompanhamento de 100% dos processos de contratos e protocolos em curso	X		

	Cooperação técnica no acompanhamento das contas dos municípios no âmbito da Lei das Finanças Locais e dos procedimentos do POCAL. (SIIAL)	Nº de Municípios com a totalidade de documentos entrados na CCDRC validados	Validação da totalidade dos documentos do exercício económico-financeiro dos 77 Municípios da Região Centro	X		
--	--	---	---	---	--	--

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	
Objectivos	Fundamentações
Divulgação de FAQ em matéria de apoio jurídico e financeiro às Autarquias Locais	- 22 FAQ (portal da CCDRC)
Medidas de Tutela da legalidade	- 330 propostas de decisão em 436 autos de contraordenação (76%) - (GEP/ Contraordenações)
Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	- 136 pareceres jurídicos elaborados em menos de 30 dias úteis, com correção jurídica (em especial, 76 pareceres para o QREN e 29 informações jurídicas de análise de regulamentos de PMOT, entre outros); - elaboração de 17 peças processuais em processos de contencioso administrativo e impugnações administrativas.
Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	- elaboração de 264 pareceres jurídicos para as Autarquias Locais e entidades equiparadas em menos de 30 dias úteis, com correção jurídica.
Acompanhamento técnico das Juntas de Freguesia da Região Centro na aplicação do regime simplificado do POCAL com recurso à ferramenta informática sIn.pocalCENTRO	- 867 Freguesias com preenchimento na aplicação sIn.pocalCENTRO em 1103 Freguesias da Região Centro (78,6%) - (aplicação informática sIn.pocalCENTRO)
Cooperação técnica e financeira com autarquias e entidades equiparadas e com entidades associativas de utilidade pública de âmbito religioso, cultural e desportivo	- acompanhamento da totalidade dos processos entrados na CCDRC
Cooperação técnica no acompanhamento das contas dos municípios no âmbito da Lei das Finanças Locais e dos procedimentos do POCAL. (SIIAL)	- validação da totalidade dos documentos entrados na CCDRC

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	DSOT/DOTCN/DGT	Garantir a reestruturação do sítio da DSOT no Portal da CCDRC, a atualização dos documentos disponibilizados e a elaboração de novos documentos	Reestruturação do Sítio da DSOT (P= 40%) N.º de documentos atualizados (P=30%) N.º de documentos elaborados (P=30%)	30 de Junho 90% 2 documentos		X	
	DSOT/DOTCN/DGT	Realizar ações de divulgação internas e/ou externas em matérias de gestão urbanística e ordenamento do território	N.º de ações realizadas	4 ações		X	
	DSOT/DOTCN/DGT	Elaborar guias e relatórios em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território	N.º de relatórios (P=50%) Concretização de Guia Apoio à Elaboração da Revisão dos PDM (P=50%)	2 Data de entrega a 30 de Novembro		X	
	DSOT/DOTCN/DGT	Colaborar nos procedimentos de AIA de projetos, no descritor ordenamento do território e contribuir para a definição do âmbito, alcance e avaliação ambiental estratégica dos IGT	Tempo médio de resposta	Cumprir os prazos constantes das fichas de atividades		X	
	DSOT/DOTCN/DGT	Garantir a representação da CCDRC em comissões	N.º de presenças em reuniões	(N.º de presenças/n.º de convocatórias)*100 = 80%		X	

DSOT/DGTT DSOT/DGT DSOT/DOTCN DSOT/DOTCN DSOT/DOTCN DSOT/DOTCN N	Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território	Tempo médio de resposta	Cumprir os prazos constantes das fichas de atividades	X		
	Garantir, em tempo útil, a decisão concertada das EAC, em razão da localização, ao abrigo do RJUE	Tempo médio de resposta	Cumprir os prazos constantes das fichas de atividades	X		
	Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, dinâmica dos IGT e o estabelecimento de Medidas Preventivas	Tempo médio de resposta	Cumprir os prazos constantes das fichas de atividades	X		
	Colaborar no Grupo de trabalho coordenado pela DGOTDU na construção do Sistema Nacional de Indicadores de Base de Ordenamento do Território e Urbanismo	N.º participação em reuniões	(N.º de participação em reuniões/ n.º de convocatórias para reuniões)*100 =90%	X		
	Garantir o acompanhamento na elaboração das REN Municipais e promover a sua aprovação	N.º de processos REN objeto de acompanhamento (P=50%) N.º de decisões sobre a REN (P=50%)	(N.º de acompanhamento de REN efetuados/n.º de acompanhamento de REN solicitados)*100= 90% (N.º de decisões/n.º de pedidos de aprovação)*100= 80%	X		
	Garantir a disponibilização no Munisigweb das Plantas de Síntese dos PMOT, Suspensão e Medidas Preventivas (SMP) e Cartas REN, após o seu envio pela CM à CCDRC, em formato digital compatível	N.º de Instrumentos disponibilizados	(n.º de Instrumentos disponibilizados/ n.º de Instrumentos remetidos pelas CM)*100 = 60%	X		

DSOT/DOTCN	Estruturação de uma Base de dados para os procedimentos de elaboração e dinâmica de PMOT, incluindo os de Suspensão e Medidas Preventivas, Avaliação Ambiental Estratégica e REN	Implementar a Base de Dados	Implementação a 30 de Junho	X		
DSOT/DSRs	Garantir a coordenação da emissão de pareceres das DSRs, nas matérias não delegadas, no âmbito do uso, ocupação e transformação do território	Tempo médio de resposta na DSOT	10 dias	X		

Direção de Serviços de Ordenamento do Território	
Objetivos	Fundamentações
Garantir a reestruturação do sítio da DSOT no Portal da CCDRC, a atualização dos documentos disponibilizados e a elaboração de novos documentos	<p>Foram superados os 3 indicadores de desempenho, porquanto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O sítio da DSOT foi reestruturado durante o primeiro trimestre de 2001 - Foram atualizados todos os documentos do Portal; - Foram introduzidos 7 novos documentos : “consultas ao abrigo do 13-A”; 2 modelos de requerimentos: “parecer prévio projetos abastecimento gases combustíveis” e “vistorias para ampliação/construção cemitérios” ; “FAQ 2011”; "situação dos PDM na região centro e aspetos gerais do ordenamento florestal e do planeamento da floresta contra incêndios"; "exemplos práticos do ordenamento florestal e do planeamento da defesa da floresta contra incêndios na revisão dos PDM". Foram ainda disponibilizadas todas as comunicações apresentadas no Workshop "os planos municipais de 2ª geração e o planeamento da defesa da floresta contra incêndios".
Realizar ações de divulgação internas e/ou externas em matérias de gestão urbanística e ordenamento do território	<p>O número de ações realizadas ultrapassaram largamente a meta de 4, tendo consistido nas seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seminário "Os planos diretores municipais de 2ª geração e o planeamento da defesa da floresta contra incêndios" (Auditório da CCDR); - intervenções em 3 cursos promovidos pela AFN (2 na Lousã e 1 no Governo Civil de Viseu) com o tema "redes primárias de faixas de gestão de combustível - expropriações"; - Intervenção no Seminário promovido pela CM Coimbra/CEDOUA com o tema "Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Municipais"; - 6 ações dirigidas aos municípios para divulgação/formação no âmbito da utilização da plataforma SIRJUE (Cantanhede, Soure, Penamacor, Aguiar da Beira, Castelo Branco, Leiria) e mais 5 ações com as EAC (INIR,IP; EP-Estradas de Portugal e ERRANC)
Elaborar guias e relatórios em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território	<p>Na vertente da gestão territorial foram elaborados 2 estudos/relatórios: “Áreas solicitadas para intervenção em reserva ecológica nacional” e “O SIRJUE na Região Centro”. No primeiro, a recolha, análise e sistematização da informação permitiu relacionar os pedidos de ocupação/intervenção em áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) ocorridos na Região Centro, no ano de 2010 com as diversas tipologias de áreas de REN e as decisões emitidas, permitindo recolher e disponibilizar indicadores e informação sobre o uso, ocupação e transformação do solo nesta Região.</p> <p>O segundo, com base no histórico da utilização do Sistema Informático do RJUE, identificou o grau de utilização, pelos municípios, desta plataforma informática e os principais constrangimentos e deficiências na sua utilização o que permitiu uma maior eficiência nos procedimentos uma vez que foram fornecidas orientações aos municípios por forma a harmonizar todas as tarefas desenvolvidas nesta aplicação e, ainda, colaborar com a DGAL na melhoria do seu funcionamento. O estudo permitiu também a recolha de indicadores relacionados com consultas em razão das localizações relativas às operações urbanísticas na Região Centro.</p> <p>O Guia de apoio à revisão dos PDM foi concluído e entregue superiormente a 28 de Outubro. Este guia tem como objetivo principal apoiar as Câmaras Municipais e as respetivas equipas técnicas na elaboração da revisão dos PDM, sistematizando as fases e os procedimentos inerentes a este processo e inclui também a recolha de orientações das diversas entidades nele intervenientes. O guia foi ainda divulgado no Portal da CCDRC com vista à recolha de sugestões e contributos.</p>

<p>Colaborar nos procedimentos de AIA de projetos, no descritor ordenamento do território e contribuir para a definição do âmbito, alcance e avaliação ambiental estratégica dos IGT</p>	<p>No que se refere à colaboração nos procedimentos de AIA, o tempo médio de resposta foi variável, em função dos prazos e marcação de reuniões estabelecidas com as restantes unidades orgânicas da CCDRC, tendo sido analisados mais de 80% dos processos.</p> <p>No domínio da Avaliação Ambiental Estratégica foram emitidos 32 pareceres no âmbito da AAE, (21 a relatórios ambientais e 11 a relatórios de definição do âmbito) dos quais 97 % foram emitidos no prazo definido legalmente. O tempo médio de resposta para os relatórios de definição do âmbito foi de 15 dias, enquanto que o tempo médio de resposta para os relatórios ambientais foi de 26 dias, ambos bastante abaixo dos prazos constantes das fichas de atividade e que correspondem aos fixados legalmente.</p>
<p>Garantir a representação da CCDRC em comissões</p>	<p>Representação da CCDRC em 48 reuniões (ERRANC, COMAC, Proteção Civil), igual ao n.º de convocatórias, pelo que foi superada a meta de 90%.</p>
<p>Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território</p>	<p>O tempo médio de resposta na emissão de pareceres em informações sobre o uso, ocupação e transformação do território, no âmbito da gestão territorial, foi de 18,6 dias, inferior ao prazo legal, pelo que o objetivo foi superado.</p>
<p>Garantir, em tempo útil, a decisão concertada das EAC, em razão da localização, ao abrigo do RJUE</p>	<p>A taxa de resposta dentro do prazo a pareceres e decisões através do SIRJUE foi de 99,44%, face a uma meta de superação de 95%, o que traduz a superação do objetivo.</p>
<p>Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, dinâmica dos IGT e o estabelecimento de Medidas Preventivas</p>	<p>Tendo em conta a percentagem de reuniões de Comissão de Acompanhamento, Conferências de serviço e reuniões setoriais realizadas (meta: 70% a 85%), foi superado o indicador de desempenho dado que todas as 144 reuniões solicitadas foram realizadas dentro dos prazos regulamentares (CA=26; CS=28 sect=94) o que perfaz um resultado de 100%.</p> <p>No que se refere à suspensão e medidas preventivas, houve 8 solicitações de pareceres todos emitidos dentro do prazo legal, pelo que também aqui se observou um resultado de 100%.</p> <p>Neste contexto, os tempos médios de resposta apurados para cada tipo de procedimento são inferiores aos estabelecidos nas respetivas fichas de atividade, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituição de Comissões de Acompanhamento: 8 dias; - Realização de reuniões de CA: 21 dias; - Realização de reuniões de Conferência de Serviços: 20 dias; - Reuniões e pareceres ao abrigo do n.º 2 do art.º 75.º-C do RJIGT: 15 dias; - Pareceres a suspensão e medidas preventivas: 10 dias; - Parecer final ao abrigo do art.º 78.º do RJIGT: 7 dias.
<p>Colaborar no Grupo de trabalho coordenado pela DGOTDU na construção do Sistema Nacional de Indicadores de Base de Ordenamento do Território e Urbanismo</p>	<p>O objetivo foi superado, porquanto a DSOT se fez representar nas 6 reuniões de trabalho para as quais foi convocada pela DGOTDU, no âmbito da construção do Sistema Nacional de Indicadores de Base de Ordenamento do Território e Urbanismo, tendo ainda participado, neste âmbito, em 4 grupos de trabalho setoriais. Deste trabalho, que tem como objetivo constituir uma ferramenta de suporte para a monitorização e a avaliação estratégica da implementação das políticas públicas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano e, complementarmente, para as principais políticas públicas setoriais com maior impacto na organização e transformação do território e das cidades, resultaram 2 relatórios de progresso o último dos quais em novembro de 2011, disponível em http://www.dgotdu.pt/filedownload.aspx?schema=ec7b8803-b0f2-4404-b003-8fb407da00ca&channel=C4193EB3-3FA7-4C98-B8CA-D6B9F5602448&content_id=A1F629F4-AF84-4FB3-9DAE-5FE26AE9C2BE&field=file_src&lang=pt&ver=1.</p>

<p>Garantir o acompanhamento na elaboração das REN Municipais e promover a sua aprovação</p>	<p>Os indicadores estabelecidos para este objetivo foram superados, registando-se, para ambos, uma taxa de realização de 100%. No que se refere aos processos REN objeto de acompanhamento, registaram-se 21 pedidos (6 de alteração e 15 de delimitação), todos com acompanhamento efetivo. Foram ainda objeto de decisão e remetidos para aprovação da CNREN, 4 processos de alteração à delimitação da REN e um processo de delimitação, que corresponde à totalidade dos processos cuja aprovação foi solicitada pelas CM.</p>
<p>Garantir a disponibilização no Munisigweb das Plantas de Síntese dos PMOT, Suspensão e Medidas Preventivas (SMP) e Cartas REN, após o seu envio pela CM à CCDRC, em formato digital compatível</p>	<p>Logo após a publicação em DR destes instrumentos é, de imediato disponibilizado o regulamento no Portal da CCDRC e informados os colaboradores da possibilidade de acesso aos mesmos através do SNIT. Também de imediato se solicita às Câmaras Municipais a cedência do processo atualizado (em papel e em formato digital e remetendo-se, após georreferenciação, à DTCl para disponibilização no MuniSigWeb. Este procedimento foi desencadeado em 100% dos casos de aprovação de planos e respetivas cartas da REN, bem como nos casos de suspensão de planos e medidas preventivas. Assim, dos instrumentos que foram aprovados, foram solicitados os respetivos elementos em papel e em formato digital compatível, tendo os municípios sido remetidos 25. Destes, foram disponibilizados 23 para a DTCl atualizar no MuniSig Web, o que perfaz um total de 88%, face a uma meta de superação de 60%. Verifica-se, assim, a superação do objetivo.</p>
<p>Estruturação de uma Base de dados para os procedimentos de elaboração e dinâmica de PMOT, incluindo os de Suspensão e Medidas Preventivas, Avaliação Ambiental Estratégica e REN</p>	<p>A base de dados para os procedimentos de elaboração e dinâmica de PMOT, incluindo os de Suspensão e Medidas Preventivas, Avaliação Ambiental Estratégica e REN, foi implementada em Abril (sendo a meta 30 de Junho), tendo após essa data sido introduzidos os dados relativos a 50 procedimentos. Conclui-se, assim, que o objetivo foi superado.</p>
<p>Garantir a coordenação da emissão de pareceres das DSRs, nas matérias não delegadas, no âmbito do uso, ocupação e transformação do território</p>	<p>Objetivo superado porquanto a Direção de Serviços analisou e emitiu parecer sobre todas as informações e pareceres elaboradas pelas divisões sub-regionais num prazo médio de cinco dias.</p>

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Ambiente	DSA/DAA/DLPA	Promover a atualização do Portal, bem como a atualização e normalização de procedimentos	Os constantes das fichas de atividade	As fixadas nas fichas de atividade		X	
		Georreferenciação, no MuniSig Web, dos seguintes projetos: <ul style="list-style-type: none"> • Aterros; • Unidades de TMB e CVO • Parques eólicos; • Loteamentos 	(N.º de projetos georreferenciados/N.º de projetos existentes) x 100	80%	X		
		Promover ações externas e internas, para intercâmbio, divulgação e uniformização de procedimentos bem como de promoção ambiental	N.º de Ações	5	X		
		Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e internos	%	As fixadas nas fichas de atividade	X		
		Promover a atualização da informação técnica de cada processo GEP	n.º de registos completos/n.º processos GEP em tramitação*100	65%	X		
		Contribuir para a atuação concertada da Administração Pública	N.º de respostas via plataforma eletrónica/n.º de solicitações*100	90%	X		
	DSA/DAA	Manter os prazos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA	N.º total de dias gastos/ N.º total de procedimentos	As fixadas nas fichas de atividade	X		
		Manter o prazo de resposta de pareceres de AlncA (FER)	N.º total de dias gastos/ N.º total de procedimentos	46 dias	X		
		Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	Os constantes nas fichas de atividade	As constantes nas fichas de atividade	X		
		Garantir a melhoria da qualidade do ar na Região	Elaboração do programa de execução do plano da qualidade do ar Elaboração do inventário Nacional das emissões atmosféricas para 2010 Relatório de Acompanhamento do programa de execução do Plano da Qualidade do Ar	As constantes nas fichas de atividade	X		

		Atraso máximo em dias na análise de relatórios de caracterização das emissões gasosas, a 31 de Dezembro.				
DSA/DLPA	Reduzir o tempo dispendido na emissão de alvarás de licença de operações de gestão de resíduos	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes nas fichas de atividade	X		
	Melhorar a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (RELA/REAI); explorações de massas minerais; valorizações agrícolas de lamas	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes nas fichas de atividade		X	
	Promover a eficácia nos processos de licenciamento de aterros	N.º total de dias gastos/N.º de decisões emitidas	As fixadas nas fichas de atividade		X	
	Disponibilizar no portal da internet da CCDRC memoranda contendo a informação necessária à análise de processos das tipologias: OGR e REAI	N.º de memoranda disponibilizados	3		X	
	Promover a política de gestão de resíduos	N.º de ações	4	X		

Direção de Serviços do Ambiente	
Objetivos	Fundamentações
Promover a atualização do Portal, bem como a atualização e normalização de procedimentos	Foram atualizadas as seguintes temáticas: qualidade do ar, emissões de compostos orgânicos voláteis, REAI, Aterros de resíduos não perigosos e aterros de resíduos inertes. O presente objetivo foi cumprido, na medida em que foram atualizadas 5 temáticas.
Georreferenciação, no MuniSig Web, dos seguintes projetos: <ul style="list-style-type: none"> • Aterros; • Unidades de TMB e CVO • Parques eólicos; • Loteamentos 	Foram georreferenciados todos os projetos, ou seja, a % de projetos foi de 100%, pelo que objetivo foi superado
Promover ações externas e internas, para intercâmbio, divulgação e uniformização de procedimentos bem como de promoção ambiental	Neste âmbito, o objetivo foi superado. Foram promovidas x ações: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Uma ação de divulgação por via da realização de um workshop subordinado ao tema “Gestão de Utilização de Solventes e suas Preparações – DL n.º 242/2001, de 31 de Agosto” ✓ participação como oradora no Seminário subordinado ao tema “Qualidade do Ar: Apresentação dos resultados do Projeto CentrAr”, ✓ 3 ações de divulgação da rede de monitorização da Qualidade do Ar, com visita às Estações por alunos de Escolas Secundárias e de Escolas Superiores; ✓ 7 visitas de acompanhamento aos sistemas de tratamento de RSU da Região Centro, da competência da CCDRC. O presente objetivo foi largamente superado, face à meta proposta (5 ações).
Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e internos	A DSA manteve participação assídua em diversas reuniões de grupos de trabalho, nomeadamente os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> _ GT ao abrigo do art.º 69 do D.L. n.º 209/2006, de 29/10; - GT ao abrigo do art.º 69 do D.L. n.º 214/2008, de 10 de Novembro; - Grupo de trabalho de acompanhamento do D.L. 276/2009, de 2 de Outubro; _ Grupo de Trabalho de acompanhamento do D.L. n.º 214/2008, de 10 de Novembro; _ Comissão de Acompanhamento de Normas sobre Resíduos (CANORMAS); _ Comissão de Acompanhamento sobre Fluxos Específicos de Resíduos (CAFLUXOS); _ Comissão de Acompanhamento do PERSU (CAPERSU); _ Grupo de trabalho constituído para a normalização da compostagem; _ Comissão Nacional da ECOXXI, promovida pela ABAE; _ Comissão Nacional do Galardão “Chave Verde”, promovido pela ABAE, tendo sido asseguradas todas as reuniões e visitas decorrentes das competências daquelas comissões; _ Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de Leiria da Valorlis; _ Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), cuja autoridade de AIA foi a APA _ Estrutura de Coordenação e Acompanhamento do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) _ Grupo de trabalho da Qualidade do ar (GTAR); _ Grupo de trabalho para definição de Valores Limite de Emissão (VLE) para os sectores da indústria do cimento, da cerâmica e do vidro. As metas estabelecidas para a participação nas várias comissões e grupos de trabalho situavam-se nos 95%, sendo que os resultados variaram de 100% para a grande maioria, e 98% nas restantes, pelo que o objetivo foi superado.

Promover a atualização da informação técnica de cada processo GEP	A % de processos cuja informação técnica atualizada foi superior a 65% pelo que o objetivo foi superado.
Contribuir para a atuação concertada da Administração Pública	O presente objetivo reflete a proporção das respostas dadas via Portal REAI, e obteve um resultado de 98%, tendo sido a meta estabelecida para 90%. O objetivo foi claramente superado.
Manter os prazos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA	Tempos médios gastos nas seguintes atividades: ✓ AIA, cuja autoridade de AIA foi a CCDRC: dos 21 procedimentos, a média de n.º dias foi 91 dias úteis, cuja meta era de 99 dias ✓ AIA cuja Autoridade de AIA foi a APA: dos 20 procedimentos, a média de n.º dias foi 12 dias úteis, cuja meta era de 3 dias antes do prazo concedido; ✓ Pós Avaliação cuja Autoridade de AIA foi a APA: dos 6 procedimentos a média de dias foi 8 dias úteis, cuja meta era 3 dias antes do prazo concedido; ✓ Os 2 procedimentos de Proposta de Definição de âmbito (PDA) foram concluídos em 28 dias. ✓ Para o ano de 2011 não houve qualquer procedimento de dispensa de AIA. ✓ A atividade designada por RECAPE cuja Autoridade de AIA é CCDRC não ocorreu no ano de 2010
Manter o prazo de resposta de pareceres de AlncA (FER)	O tempo médio gasto nos procedimentos de AlncA (concluídos em 2011) foi 42 dias úteis, cuja meta 44 dias úteis.
Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	A % de relatórios analisados foi 73 %. O tempo médio gasto na resposta a pedidos de altura das chaminés foi de 66 dias. Não houve emissão de resposta a pedidos de rotatividade das fontes, no âmbito do referido diploma.
Garantir a melhoria da qualidade do ar na Região	O presente objetivo foi superado tal como evidenciado para o objetivo 9 do QUAR 2011.
Reduzir o tempo despendido na emissão de alvarás de licença de operações de gestão de resíduos	Foram emitidos 68 alvarás de licença em 2011, tendo sido despendido um tempo médio de 22 dias na sua análise (regime simplificado, com meta de 30 dias e critério de superação de 25 dias). No procedimento de licenciamento ao abrigo do regime geral, (meta : 40 dias; superação 38 dias), o valor médio obtido para a aprovação do projeto foi de 35 dias. O valor obtido, permite concluir quanto à superação do objetivo, convirá referir que no ano de 2011, verificou-se uma forte instabilidade ao nível do quadro técnico superior da DLPA afeto à gestão de resíduos, nomeadamente com a saída para a reforma de uma técnica superior, seguida da permanência de apenas um mês, de outra técnica entretanto em funções, e, finalmente a entrada de um técnico superior em Julho de 2011. Efetivamente esta competência da DLPA foi assegurada durante três meses por apenas um técnico superior. Não obstante, o objetivo foi superado.
Melhorar a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (REAI/REAI); explorações de massas minerais; valorizações agrícolas de lamas	Ao nível deste objetivo, verifica-se que, em termos do REAI, houve claramente uma superação, com uma média de 25 dias despendidos na análise destes processos, tendo por base uma meta de 32 dias e critério de superação de 30 dias. Foram emitidos 170 pareceres através da plataforma de Interoperabilidade REAI. No que se refere ao licenciamento de massas minerais e valorização agrícola de lamas de depuração, os valores ultrapassaram largamente as metas definidas (RJPEMM : meta 32 dias; superação 30 dias valor obtido: 64 dias; horizonte de trabalho: 14 processos/aprovação PARP) e Valorização agrícola de lamas (meta: 18 dias; superação: 15 dias, tempo despendido: 85 dias, horizonte de trabalho: 3 processos). O objetivo foi cumprido.

Promover a eficácia nos processos de licenciamento de aterros	Trata-se de um objetivo inovador, pesando alguma falta de experiência na matéria em causa, tendo presente a transmissão recente à CCDRC, de competências nesta matéria, decorrentes da aplicação do D.L. n.º 183/2009, de 10 de Agosto. Importa também referir que a DLPA tem apenas uma técnica afeta ao horizonte de trabalho que envolve os 9 sistemas de gestão de RSU da região Centro. Assim, e para uma meta de 45 dias e critério de superação de 40 dias, na aprovação do projeto, foi obtido o valor de 43 dias . O objetivo foi cumprido.
Disponibilizar no portal da internet da CCDRC memoranda contendo a informação necessária à análise de processos das tipologias:OGR e REAI	Foram elaborados três documentos informativos respeitantes ao licenciamento no âmbito do “REAI”, e licenciamento de “Aterros de resíduos Inertes” e “Aterros de Resíduos não perigosos”. Face à publicação do D.L. 73/2011, de 17 de Junho, que altera o Regime Geral da Gestão de Resíduos, e à necessidade de harmonizar procedimentos com as outras CCDRC’s, não foi disponibilizado documento orientador nesta matéria. O objetivo foi cumprido.
Promover a política de gestão de resíduos	Este objetivo foi partilhado com a DSF, tendo no total sido realizadas 7 ações. Foram realizadas 2 Workshops subordinados às temáticas “Resíduos de Construção e Demolição” e “Resíduos Sólidos Urbanos”, promovidos pela DSA, dirigidos sobretudo aos Municípios, com participação dos principais sistemas de tratamento de RSU da Região Centro, e que tiveram lugar no Auditório da CCDRC, em Coimbra e no Auditório Municipal da Covilhã. A DAS realizou ainda uma ação de formação sobre a temática “resíduos” dirigida aos colaboradores das Divisões Sub-Regionais. Foram ainda realizadas 4 ações de formação, promovidas pela DSF, subordinadas à mesma temática, mas dirigidas ao SEPNA. O objetivo foi superado, tendo por base uma meta de 4 ações e critério de superação de 6 ações.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Fiscalização	Implementar plano de fiscalização	n.º de ações de fiscalização técnica do plano	80	x		
	Dar resposta às reclamações em tempo útil	n.º de dias de calendário médio para uma resposta em 90% das reclamações	112	x		
		$((\sum(\text{data da entrada da reclamação } i - \text{data da resposta à reclamação } i)) / (\text{n.º de reclamações}))$				
	Promover a política de gestão de resíduos	n.º de ações	4	x		
	Atualizar os temas da DSF no portal da CCDRC	<ol style="list-style-type: none"> 1. dados estatísticos (2009 e 2010) 2. RJ das emissões de COV 3. RJ Responsabilidade Ambiental (danos) 4. Embalagens e resíduos de embalagens 5. Óleos usados 6. Óleos alimentares usados 7. Pilhas e acumuladores usados 8. Pneus usados 9. RJ da Reserva ecológica nacional (REN) 10. RJPEMM (Pedreiras) 	8		x	
	Garantir a erradicação de operadores de gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais	n.º de operadores ilegais erradicados e de passivos erradicados. Erradicados significa eliminados ou licenciados	26	x		

Direção de Serviços de Fiscalização	
Objectivos	Fundamentações
Implementar plano de fiscalização	Foram realizadas pelos técnicos da DSF 129 ações de fiscalização do plano previamente aprovado, validadas mediante relatório de fiscalização, verificando-se um desvio positivo de 61% em relação à meta estabelecida (80 ações).
Dar resposta às reclamações em tempo útil	No que se refere à resposta às reclamações em tempo útil foi verificado que o tempo médio de resposta dado às reclamações tratadas na DSF foi de 34 dias. A meta de superação era o tempo médio menor ou igual a 112 dias.
Promover a política de gestão de resíduos	Foram realizadas pela DSF quatro ações de formação de 3 horas cada aos elementos do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana no: <ul style="list-style-type: none"> • Comando Territorial de Coimbra em 04 de Novembro de 2011. • Comando Territorial de Aveiro em 17 de Novembro de 2011. • Comando Territorial de Castelo Branco em 22 de Novembro de 2011. • Comando Territorial de Viseu em 15 de Dezembro de 2011. A meta de superação estabelecida era de quatro ações.
Atualizar os temas da DSF no portal da CCDRC	Foram atualizados com suficiente desenvolvimento oito temas que abrangeram a Reserva Ecológica nacional, a Rede natura 2000, a responsabilidade por danos ambientais, afixação e inscrição de publicidade, óleos usados, pilhas e acumuladores portáteis, pneus e pneus usados, resíduos de construção e demolição, pelo que o objetivo apenas foi cumprido.
Garantir a erradicação de operadores de gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais	Foram erradicados 45 depósitos ilegais de VFV e de sucata. No âmbito dos passivos ambientais foi possível também, após a intervenção da CCDRC, a eliminação de 37 depósitos de resíduos de construção e demolição (RCD). No total foram eliminados 82 depósitos de resíduos ilegais ultrapassando a meta estabelecida de 26, pelo que o objetivo foi superado.

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	DS	A qualidade faz a diferença - continuação do processo de certificação de qualidade da Direção de Serviço	Número de reuniões (50%)	4		X	
			Data de elaboração do <i>Road book</i> da qualidade (50%)	30 de outubro de 2011		X	
		Reduzir a pegada ecológica da CCDRC – definir e implementar mecanismos ativos para tornar a CCDRC mais verde e ecológica	Redução no consumo de energia elétrica (75%)	-5%	X		
			Redução das emissões utilizando estimativas de cálculo de carbono zero (25%)	-5%		X	
		Informar para decidir - consolidar o tratamento/análise dos dados utilizando ferramentas desenvolvidas internas como o GesFunc e cubos de informação	Média de acessos mensais aos cubos de informação	10	X		
	DTCI	Vamos reforçar os alicerces – melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC.	Data de adjudicação da solução do CIIT – Cartão Integrado de Identificação dos Trabalhadores (50%)	15 de setembro		X	
			Data de adjudicação da solução de armazenamento, backup e disaster recovery (40%)	15 de setembro		X	
			Número de utilizadores com ambiente único novo em 31 de Dezembro de 2011 (10%)	20			X
		Uma imagem vale mais do que mil palavras - O SIG no centro da nossa atividade e a promoção da CCDRC com um parceiro regional fundamental nesta área de conhecimento.	Número de protocolos de troca de informação assinados	2		X	
		Arquivar as memórias a pensar no futuro- Continuação da atividade de informatização do arquivo e disponibilização de ferramenta de consulta e disponibilização dos periódicos	Percentagem dos processos de arquivo informatizados (70%)	70 %	X		
			Dias de atraso entre a entrada do periódico e a sua disponibilização (30%)	15 dias úteis		X	
		A Comunicar é que nos entendemos – potenciar a comunicação interna e externa como o fator decisivo para o sucesso da organização	Data da disponibilização do Manual de Acolhimento (50%)	30 de junho		X	
	Número de iniciativas divulgadas nas redes sociais (web 2.0) (50%)		24	X			

DORH	No poupar é que está o ganho – aproveitar as contingências orçamentais como uma oportunidade	Data da conclusão do documento enquadrador do processo de vencimentos (40%)	30 de setembro		X		
		Despesa a com as rubricas de pessoal 31 de Dezembro (60%)	Diminuição de 7%		X		
	A formar é que a gente se entender – parte II – a formação como fator fundamental para o sucesso	Data da divulgação do Plano de Formação (40%)	31 de Março de 2011			X	
		% de trabalhador com formação em 2011 (60%)	30%			X	
	Mobilizar para a avaliação – o ciclo de gestão como o elo mais forte para a gestão	Desvio na calendarização das diferentes etapas do ciclo de gestão	70% das etapas cumpridas		X		
DGFP	Casa inventariada casa arrumada - – introdução de uma nova cultura e procedimentos no que diz respeito ao inventário.	Percentagem bens corretamente inventariados (80%)	95%		X		
		Data da implementação do inventário permanente (20%)	31 de Dezembro de 2011			X	
	A receita própria na hora - Implementação do novo programa das Guias de Receita e sua articulação com a contabilidade	Data de disponibilização de todas as funcionalidades	31 de Março de 2011		X		
	No poupar é que está o ganho - monitorização mensal das despesas correntes e estabelecimento de medidas corretivas.	Elaboração de análises comparativas da evolução dos custos fixos (20%)	11		X		
		Diminuição da despesa a 31 de Dezembro (80%)	Menos 5%			X	

Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	
Objectivos	Fundamentações
A qualidade faz a diferença - continuação do processo de certificação de qualidade da Direcção de Serviço	Foi efetuado um estudo de potências parceiros para esta área de saber e foram tidas reuniões informais e de análise do mercado e para ajudar na definição de uma estratégia de implementação deste tipo projeto. Foram consultadas 4 empresas da área e efetuadas reuniões com os seus representantes para iniciar o processo de escolha do parceiro tecnológicos. Em outubro de 2011 foi apresentada ao Vice-Presidente o roadbook.
Reduzir a pegada ecológica da CCDRC -- definir e implementar mecanismos ativos para tornar a CCDRC mais verde e ecológica	O consumo energético combinado da CCDRC baixou 7%. Para esta diminuição foi fator fundamental a utilização de lâmpadas mais ecológicas (tecnologia micro-led) e racionalização da utilização da energia elétrica e dos combustíveis. Esta diminuição e a utilização de carros mais económicos permitir reduzir a emissão de CO2 logo baixando a pegada ecológica da organização. O calculo comparativo da diminuição da pegada de carbono foi feita utilizando o simulador on-line http://www.ecopegada.org/calcular-a-pegada
Informar para decidir - consolidar o tratamento/análise dos dados utilizando ferramentas desenvolvidas internas como o GesFunc e cubos de informação	A ferramenta de BI foi utilizada em média por 4 pessoas diariamente para consulta cruzamento de informação. Foi ainda possível estabilizar e garantir a existência de uma fonte única de dados.
Vamos reforçar os alicerces – melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC.	Em Setembro de 2011 foi possível adjudicar a solução do Cartão Integrado de Identificação dos Trabalhadores, que tornou possível melhorar uma série de aspetos relacionados com a segurança física das instalações e lógica no que diz respeito ao sistema de informação. Foi também adjudicada a solução de armazenamento e backup que concorreu para reforçar a infraestrutura de suporte ao Si da CCDRC e Mais Centro. Por motivos relacionados com os constrangimentos orçamentais, não foi possível dar seguimento ao objetivo relacionado com o novo ambiente único.
Uma imagem vale mais do que mil palavras - O SIG no centro da nossa atividade e a promoção da CCDRC com um parceiro regional fundamental nesta área de conhecimento.	Na área do Sistema de Informação Geográfica, foram desenvolvidas diversas iniciativas, designadamente foi concluído o Visualizador de Informação Geográfica e foi atualizado o sistema com a mais diversa informação.
Arquivar as memórias a pensar no futuro- Continuação da atividade de informatização do arquivo e disponibilização de ferramenta de consulta e disponibilização dos periódicos	Em 2011 foi informatizada a totalidade dos processos que se encontravam no arquivo da CCDRC e a base de informação disponibilizada para consulta na Intranet. Para além disso, periodicamente, foi disponibilizada informação sobre as entradas de periódicos.
A Comunicar é que nos entendemos – potenciar a comunicação interna e externa como o fator decisivo para o sucesso da organização	Na área da comunicação foram desenvolvidas várias atividades. Destaca-se a elaboração do Manual de Acolhimento, que passou a constituir um instrumento de referência para os trabalhadores atuais e para os novos que passam a integrar os quadros da CCDRC. A atividade de comunicação destacou-se ainda pelo número de iniciativas realizadas na área das redes sociais designadamente na atualização e manutenção do Flickr, Twitter e LinkedIn.
No poupar é que está o ganho – aproveitar as contingências orçamentais como uma oportunidade	Aproveitar as contingências orçamentais como uma oportunidade para rever procedimentos de verificação que nos permitam poupar na despesa pública. O parâmetro fundamental para esta análise são os abonos variáveis já que a estrutura dos restantes é fixa e rígida não admitindo assim qualquer flutuação ou alteração. Observando assim o parâmetro mais importante que são as ajudas de custo verificamos uma diminuição de 55%. Esta diminuição permitiu uma poupança global de 363.023€.

<p>A formar é que a gente se entender – parte II – a formação como fator fundamental para o sucesso</p>	<p>A formação é um dos fatores fundamentais para o bom desempenho e conseqüente sucesso de uma organização. A recente legislação sobre a formação vem reforçar a necessidade de todos os trabalhadores da Administração Pública terem acesso a formação adequada ao desenvolvimento das suas tarefas, pelo que se torna necessária a elaboração do Plano de Formação. Apesar das dificuldades foi possível apresentar o plano de formação em setembro de 2011 após a data definida como objetivo mas foi esta lacuna finalmente ultrapassada nesta organização. Mesmo sem o plano de formação em funcionamento foi possível permitir e promover a formação a 30% de todos os trabalhadores da CCDRC. Não obstante a importância do plano de formação, este último indicador é de grande importância para a organização e tem um impacto muito significativo em toda a Comissão.</p>
<p>Mobilizar para a avaliação – o ciclo de gestão como o elo mais forte para a gestão</p>	<p>Mobilizar cada agente em cada etapa para o cumprimento dos prazos e procedimentos decorrentes do ciclo de gestão. Através de notícias na intranet e/ou correio eletrônico foi possível interagir com os avaliadores e os avaliados, para que o ciclo de gestão fosse levado a cabo com todo o rigor. A DORH conseguiu da parte por si controlável o cumprimento de todos os prazos definidos.</p>
<p>Casa inventariada casa arrumada - – introdução de uma nova cultura e procedimentos no que diz respeito ao inventário.</p>	<p>A inventariação e valorização dos bens móveis está concluída. Relativamente a todos os bens foi criada uma ficha de inventário, atribuído um número de inventário e efetuada a sua valorização estando esse valor registado contabilisticamente de modo a permitir que sejam efetuadas amortizações no final de cada ano.</p>
<p>A receita própria na hora - Implementação do novo programa das Guias de Receita e sua articulação com a contabilidade</p>	<p>A nova aplicação informática de emissão de guias de receita foi implementada nos vários serviços, foi efetuada alguma formação que dotou os colaboradores com conhecimentos que permitem a emissão das guias. Na DGFP foi formada uma técnica que efetua o acompanhamento e faz a gestão de todo este processo. Este módulo da emissão de guias de receita está interligado com o módulo da contabilidade.</p>
<p>No poupar é que está o ganho - monitorização mensal das despesas correntes e estabelecimento de medidas corretivas.</p>	<p>Foi efetuado o acompanhamento mensal dos principais rubricas referentes às despesas correntes, tendo sido, sempre que necessário, alertado os serviços e implementados novos procedimentos internos, ou efetuados novos concursos públicos que originaram a redução da despesa.</p>

	Objectivos	Indicadores desempenham	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Aveiro	Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Média do tempo, em dias úteis, para resposta à UO/Entidade que remete o processo	15 dias	8 dias		
	Assegurar a resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Média do tempo, em dias úteis, para resposta à UO que remete o processo, ou para comunicação da decisão ao requerente, nas matérias delegadas na DSRA	20 dias	10 dias		
	Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	Número de ações do Plano de Fiscalização com relatório / ordem validada Peso: 40%	25	53		
		Número de ações extra-Plano de Fiscalização com relatório / ordem validada Peso: 40%	20	25		
		Número de operadores ilegais erradicados Peso:20%	5	25		
	Contribuir para a resposta, em tempo útil, em matérias na área do ambiente	Média do tempo, em dias úteis, para resposta à UO que remete o processo	15 dias	6 dias		
Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Proporção de participações	80%	99% (de 152 reuniões)			

Divisão Sub-Regional de Aveiro	
Objectivos	Fundamentações
Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Existe elevado conhecimento do terreno e da realidade de cada município que compõe a realidade geográfica da DSR de Aveiro, sedimentado ao longo de anos nesta DSR que, acrescida à clarificação de procedimentos entre a DSOT/DOTCN e as DSR's, leva a que a abordagem aos IGT's seja célere e focada; será de realçar, igualmente, a entreaduda evidente no seio dos técnicos da DSR, perante inovações legislativas nem sempre muito claras ou fáceis de aplicar.
Assegurar a resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Tem sido ponto de honra desta DSR de Aveiro o encurtamento de prazos de resposta, apesar do crescente número de solicitações e, simultaneamente, da redução de recursos humanos; a distribuição de tarefas entre técnicos, assistentes técnicos e administrativos está totalmente clarificada, pelo que a cadeia de resposta não tem tendência a parar, salvo inevitáveis situações de consultas a outras entidades. A descentralização de competências na DSR é fator decisivo em matéria de celeridade de informação / decisão.
Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	Sendo a região de Aveiro um sistema geográfico altamente sensível do ponto de vista ambiental, reforçado pelo facto de estarem em causa quase 400.000 residentes, levou-nos sempre a considerar que o esforço e o investimento de trabalho na área da sua fiscalização nunca serão demais; apesar de dispormos apenas de UM TÉCNICO com formação específica nessas matérias, a sua experiência profissional e o apoio que se consegue obter de algumas entidades externas (GNR/SEPNA, Polícia Marítima, etc) tem demonstrado que é possível superar metas e contribuir, significativamente, para os resultados QUAR, onde este objetivo detém elevada pertinência.
Contribuir para a resposta, em tempo útil, em matérias na área do ambiente	A superação deste objetivo decorre de esforço realizado ao nível da clarificação de procedimentos, por parte da DAS; será, porém, uma área a melhorar, ao nível de conteúdos técnicos das análises que se realizam.
Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	A DSR de Aveiro é chamada a estar presente e/ou a convocar e presidir a inúmeras sessões de trabalho conjunto com outras entidades: processos de vistorias REAL, REAP, comissões de AIA, conferências de serviços PMOT's, RJREN, comissões de acompanhamento PROT, POOC, PGBH, etc., que totalizaram, em 2011, um total de 152 sessões. Por registo de presenças, apenas se verificou que faltámos a uma sessão, por razões de doença de familiar. Todo o trabalho que antecede e procede a cada uma destas sessões ocupa o técnico nomeado por vários dias, pelo que se trata de uma frente de trabalho não negligenciável, em que se supõe estarmos a dar o nosso melhor. A discussão prévia das matérias, a troca de informações posterior, e a disseminação de boas práticas serão fatores a considerar na melhoria das prestações individuais, enquanto representantes da CCDRC nesses contextos.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Viseu	Garantir eficácia na apreciação e no acompanhamento dos Contratos Programa de Cooperação Técnica e Financeira com as autarquias locais e do Programa de Equipamentos de Utilização Coletiva (SP1 e SP2) com as instituições privadas de interesse público	Ind 1 - Tempo médio de resposta em dias (T) para apreciação das candidaturas e emissão de parecer. Peso – 10%	T=5	x		
		Ind 2 - Tempo médio de resposta em dias (T) para verificar/visar os autos de medição e elaborar propostas de processamento. Peso – 90%	T=6	x		
	Acompanhar com eficácia a elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Ind 1 - Número médio (N) de reuniões por ano da CA, CMC, CTA e/ou setoriais por PDM em Revisão. Peso – 30%	N=2	x		
		Ind 2 – Tempo médio de resposta em dias (T) para emissão de pareceres ou realização de reuniões (n.º 2 art.º 75.º - C do RJIGT) na fase de acompanhamento dos PU e PP Peso – 35%	N=23	x		
		Ind 3 - Tempo médio em dias (T) para a realização da conferência de serviços (PU e PP) Peso – 35%	N=21		x	

Garantir eficácia na emissão de pareceres sobre a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos PMOT	Ind 1 – Tempo médio em dias (T) para a emissão de parecer sobre o Relatório de Fatores Críticos (RFC) referente à revisão de um PDM. Peso – 30%	T=13		x	
	Ind 2 - Tempo médio em dias (T) para a Emissão de parecer sobre o Relatório de Fatores Críticos (RFC) referente à elaboração ou revisão de um PU, de um PP ou à alteração de um PDM. Peso – 30%	T=10		x	
	Ind 3 - Tempo médio em dias (T) para a emissão de parecer sobre o Relatório Ambiental dos PMOT. Peso – 40%	T=20	x		
Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	Ind 1 - Número (N) de ações de Fiscalização realizadas de acordo com o Plano da DSF e outras ativas e reativas da iniciativa da DSRV. Peso - 50 %	N=20	x		
	Ind 2 – Tempo médio em dias (T) de resposta às reclamações Peso: - 25 %	T=50	x		
	Ind 3 – Número (N) de operadores de gestão de resíduos erradicados de acordo com o Plano da DSF. Peso - 25 %	N=5		x	
Melhorar a resposta às solicitações dos utentes nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	Ind.1 - Tempo médio em dias (T) de resposta para análise e decisão. Peso – 50%	T=15	x		
	Ind.2 - Tempo médio em dias (T) de resposta para análise, informação/ parecer Peso – 50%	T=11	x		

Divisão Sub-Regional de Viseu	
Objectivos	Fundamentações
Garantir eficácia na apreciação e no acompanhamento dos Contratos Programa de Cooperação Técnica e Financeira com as autarquias locais e do Programa de Equipamentos de Utilização Coletiva (SP1 e SP2) com as instituições privadas de interesse público	Os processos de candidatura foram analisados, apreciados e emitidos os respetivos pareceres no prazo médio de 2 dias, após a sua correta instrução. Verificou-se que a validação dos pedidos de pagamento ocorreu num prazo médio de 4 dias, após a receção dos mesmos, devidamente instruídos, incluindo visita à obra.
Acompanhar com eficácia a elaboração, alteração e revisão dos PMOT	O número médio de reuniões de CA, CMC, CTA e/ou setoriais, por PDM em Revisão, foi superior a 2, tendo sido dada resposta à totalidade das solicitações. O tempo médio de resposta para emissão de pareceres ou realização de reuniões foi de 20 dias. As conferências de serviço foram promovidas e realizadas em colaboração com a DSOT.
Garantir eficácia na emissão de pareceres sobre a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos PMOT	As atividades relacionadas com este objetivos foram desenvolvidas em colaboração com a DSOT, tendo os contributos desta DSR sido emitido dentro das metas estabelecidos para os indicadores 1 e 2. Relativamente ao indicador 3, o tempo médio para emissão do parecer foi de 15 dias.
Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	Foram realizadas 18 ações de fiscalização, previstas no plano da DSF, com informações elaboradas e validadas com despacho superior, as quais conduziram à remoção de passivos ambientais, com especial destaque para os VFV. Foram realizadas 24 ações de fiscalização, não previstas no plano de fiscalização, algumas das quais decorreram de solicitações da DSF, através de Notas de Serviço, e outras de reclamações. O tempo médio de resposta às reclamações foi de 30 dias.
Melhorar a resposta às solicitações dos utentes nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	O tempo médio de resposta, para as solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, correspondentes aos indicadores 1 e 2, foi de 9 dias.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	1 - Garantir o acompanhamento do Programa Equipamentos, dos Contratos-Programa e dos Programa Auxílios Financeiros – Sedes de Juntas de Freguesia	1 - Tempo médio para apreciação da candidatura e emissão de parecer (Peso: 30%)	7 Dias após entrada do processo devidamente instruído	X		
		2 - Tempo médio para visar/informar pedidos de pagamento (Peso: 50%)	7 Dias após entrada do processo devidamente instruído	X		
		3 - Tempo médio para visar/informar pedidos de pagamento (Peso: 20%)	7 Dias após entrada do processo devidamente instruído	X		
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	2 - Garantir o Acompanhamento das Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL	1 - Tempo médio de resposta às solicitações das Juntas de Freguesia (Peso: 40%)	10 Dias após entrada do pedido	X		
		2 - Número de verificações de documentos previsionais e da prestação de contas recebidos na DSRCB (Peso: 60%)	Verificação de 90% dos documentos recebidos	X		
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	3 - Garantir o acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos PMOT	1 - Número médio de reuniões da CA / Setoriais (Peso: 60%)	2 Reuniões / PMOT		X	
		2 - Monitorização do programa de trabalhos, aprovado pela CA, através de comunicação escrita à CM, em caso de incumprimento (Peso: 40%)	Oficiar a C.M., no prazo de 10 dias após verificação do incumprimento do programa de trabalhos		X	
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	4 - Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do	1 - Ações de Fiscalização realizadas em acordo com o Plano da DSF (Peso: 30 %)	20 Ações	X		

	2 - Ações de Fiscalização não inseridas em plano (Peso: 30 %)	25 Ações	X		
	3 - Prazo de resposta às reclamações (Peso: 20 %)	40 Dias (média)	X		
	4 - N.º de operadores de gestão de resíduos erradicados (Peso: 20 %)	4 Operadores		X	
5 - Melhorar a resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	1 - Tempo médio de resposta (ações com delegação de competências) (Peso: 50%)	20 Dias	X		
	2 - Tempo médio de resposta (ações sem delegação de competências) (Peso: 50%)	15 Dias	X		

Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	
Objectivos	Fundamentações
1 - Garantir o acompanhamento do Programa Equipamentos, dos Contratos-Programa e dos Programa Auxílios Financeiros – Sedes de Juntas de Freguesia	O acompanhamento dos Contrato-Programa e dos processos relativos ao Programa Equipamentos foi desenvolvido sempre com tempos de resposta inferiores a 5 dias (média 4dias), quer em termos de apreciação de candidaturas, quer em termos de verificação de pedidos de pagamento
2 - Garantir o Acompanhamento das Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL	O tempo de resposta às solicitações das Juntas de Freguesia foi sempre muito reduzido, normalmente no próprio dia, e foram verificados 100% dos documentos previsionais e de prestação de contas recebidos na DSRCB
3 - Garantir o acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Em virtude de os procedimentos de revisão dos PDM terem sofrido algum abrandamento, foram somente garantidas as reuniões suscitadas pelas Autarquias. De igual forma para os restantes PMOT foram garantidas as reuniões finais em Conferências de Serviço bem como uma reunião de acompanhamento por plano. Quanto à monitorização dos programas de trabalhos aprovados pelas CA das revisões dos PDM, e sempre que verificado algum desvio relativamente ao programa de trabalhos aprovado foi oficiada a respetiva Autarquia.
4 - Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	Foram realizadas 55 ações previstas no Plano de Fiscalização (cerca de 69 % do total previsto). Para além dessas foram ainda realizadas mais 31 ações de fiscalização. O prazo médio de resposta às reclamações apresentadas foi claramente inferior a 40 dias (14 dias). Foram considerados erradicados 4 operadores de gestão de resíduos não licenciados.
5 - Melhorar a resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De acordo com o registo GEP, o tempo médio de resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, quer para as ações com delegação de competências, quer para aquelas sem delegação de competências, após adequada instrução dos processos, cifrou-se em 3 dias.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Guarda	1- Reduzir os prazos de resposta às solicitações apresentadas no âmbito dos Programas relacionados com a cooperação técnica e financeira com as Autarquias, Entidades Equiparadas e com as Entidades Associativas de âmbito religioso, cultural e desportivo	Ind. 1.1 - Tempo médio para apreciação da candidatura e emissão de parecer Peso: 50%	10 dias	X		
		Ind. 1.2 - Tempo médio para visar os documentos de despesa/informar pedidos de pagamento Peso: 50%	10 dias	X		
	2- Otimizar o acompanhamento das autarquias locais e entidades equiparadas no âmbito do POCAL e demais legislação em vigor	Ind. 2.1 – N.º de Juntas de Freguesia com formação Peso: 20%	Formação a 60 Juntas de Freguesia	X		
		Ind. 2.2 – N.º de Juntas de Freguesia do distrito da Guarda que utilizam o SinPocalCentro, disponível no Portal da CCDRC Peso: 40%	50% das Juntas de Freguesia do distrito da Guarda		X	
		Ind. 2.3 – Número de validações dos documentos previsionais e de prestação de contas das Juntas de Freguesia Peso: 20%	Validação de 100% dos documentos previsionais e de prestação de contas remetidos à DSRG	X		
		Ind. 2.4 – N.º de validações a nível económico-financeiro das contas dos Municípios do distrito da Guarda Peso: 20%	Validação de 100% do exercício económico-financeiro de 13 Municípios do distrito da Guarda		X	
	3 - Melhorar o acompanhamento da elaboração, alteração e da revisão dos PMOT	Ind. 3.1 - N.º de reuniões realizadas/N.º de pedidos de reuniões de CA e reuniões sectoriais (PDM)x100 Peso: 20%	90%	X		
		Ind. 3.2 - N.º de dias para oficiar a Câmara Municipal, após data limite para envio, por parte desta, dos elementos necessários para dar cumprimento ao programa de trabalhos aprovado na CA Peso: 40%	15 dias	X		

		Ind. 3.3 - Tempo médio para promover a conferência de serviços, após apresentação, pela CM, de proposta de Plano, relatório ambiental e pareceres emitidos Peso: 40%	6 dias	X		
--	--	---	--------	---	--	--

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Guarda	4 – Melhorar a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	Ind. 4.1 - Nº de ações de fiscalização ativas, realizadas por iniciativa da DSR Peso: 25%	5 ações	X		
		Ind. 4.2 - Nº de ações de fiscalização ativas, realizadas no âmbito do Plano da DSF Peso: 25%	20 ações	X		
		Ind. 4.3 – Tempo médio de resposta às reclamações apresentadas na DSR (ações reativas) Peso: 25%	45 dias	X		
		Ind. 4.4 – N.º de ações de remoção de depósitos ilegais de resíduos Peso: 25%	5 depósitos	X		
Divisão Sub-Regional de Guarda	5 – Melhorar a resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Ind. 5.1 - Tempo médio de resposta, nos casos em que a DSR tem competência subdelegada, com exceção dos PGF Peso: 50%	20 dias	X		
		Ind. 5.2 - Tempo médio de resposta, nos casos em que a DSR tem competência subdelegada, no âmbito dos PGF Peso: 10%	12 dias	X		
		Ind. 6.1 - Tempo médio para elaboração e envio de informação/parecer/relatório, nos casos em que a DSR não tem competência subdelegada Peso: 40%	12 dias	X		

Divisão Sub-Regional de Guarda	
Objetivos	Fundamentações
1- Reduzir os prazos de resposta às solicitações apresentadas no âmbito dos Programas relacionados com a cooperação técnica e financeira com as Autarquias, Entidades Equiparadas e com as Entidades Associativas de âmbito religioso, cultural e desportivo	<p>Na análise das candidaturas aos programas relacionados com a cooperação técnica e financeira e na consequente emissão de parecer foram utilizados, em média, menos de 7 dias (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 2 dias);</p> <p>Em média, após a receção dos pedidos de pagamento devidamente instruídos, foram utilizados menos de 4 dias para visar os documentos de despesa, quando aplicável, e elaborar os respetivos pareceres/informações/relatórios (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 2 dias).</p>
2- Otimizar o acompanhamento das autarquias locais e entidades equiparadas no âmbito do POCAL e demais legislação em vigor	<p>No âmbito do SinPocalCentro, foi ministrada formação a 98 Juntas de Freguesia, com elaboração dos respetivos relatórios, das quais 86 do distrito de Viseu, com o objetivo de ser completado o processo a nível da Região Centro, e 12 do distrito da Guarda, que não tinham comparecido às ações de formação ministradas em 2010 (este indicador tinha um intervalo de tolerância de formação a 10 Juntas de Freguesia);</p> <p>No âmbito do SinPocalCentro, após muitas ações de sensibilização, nomeadamente através da realização de reuniões com os membros das Juntas de Freguesia nos diversos concelhos (sempre em coordenação e com a colaboração dos Senhores Presidentes de Câmara e técnicos dos gabinetes de apoio às Juntas de Freguesia, onde estes existem) e do estabelecimento de contactos telefónicos e eletrónicos com as Juntas de Freguesia para que utilizassem essa ferramenta, 47,9% das Juntas de Freguesia do distrito da Guarda pertencentes à área da CCDRC passaram a utilizar a plataforma eletrónica, no sítio da CCDRC. O resultado deste indicador, cujo intervalo de tolerância era de 10%, dependia completamente do “empenho” das Juntas de Freguesia;</p> <p>Foram verificados e validados todos os documentos previsionais e de prestação de contas que as Juntas de Freguesia do distrito da Guarda pertencentes à área da CCDRC remeteram para a DSR, bem como foi elaborado, trimestralmente, o respetivo Quadro Síntese e o relatório anual final.</p> <p>No âmbito do SIIAL, foi verificado, através de uma cooperação estreita com a DCTF e a DGAL, o exercício económico-financeiro dos 13 municípios do distrito da Guarda pertencentes à área da CCDRC e, conseqüentemente, validados, após os municípios terem procedido às necessárias retificações, quando aplicáveis. No entanto, não foi elaborado um relatório final detalhado.</p>
3 - Melhorar o acompanhamento da elaboração, alteração e da revisão dos PMOT	<p>Foram promovidas e realizadas 100% das reuniões das Comissões de Acompanhamento e das reuniões setoriais solicitadas, bem como foram tratados e encaminhados todos os documentos/elementos para as diversas Entidades, (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 5%);</p> <p>Sempre e quando as Câmaras Municipais não remeteram os elementos necessários dentro do prazo para dar cumprimento ao programa de trabalhos aprovado pelas respetivas CA, a DSR oficiou as respetivas Câmaras Municipais, alertando-as para o facto, num prazo médio inferior a 8 dias (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 5 dias);</p> <p>A DSR promoveu, em colaboração com a DSOT, a realização das necessárias conferências de serviços, num prazo médio inferior a 5 dias (este indicador tinha um intervalo de tolerância 1 dia).</p>

Divisão Sub-Regional de Guarda	
Objetivos	Fundamentações
4 – Melhorar a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	<p>Foram realizadas e devidamente informadas 32 ações de fiscalização ativas por iniciativa da DSR, algumas das quais, por proposta do Senhor DSF e de acordo com despacho da Exma. Senhora Vice-Presidente, foram incluídas no Plano Global da CCDRC (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 1 ação);</p> <p>No âmbito do Plano de Fiscalização estabelecido pela DSF, foram realizadas e devidamente informadas 42 ações de fiscalização ativas (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 1 ação);</p> <p>Estas ações de fiscalização conduziram, entre outros efeitos positivos, à erradicação de 24 depósitos ilegais de resíduos, com especial destaque para a erradicação de VFV, sucatas diversas e RCD, conforme despachos da Exma. Senhora Vice-Presidente, após proposta do Senhor DSF, vertidos nas respetivas informações (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 1 depósito);</p> <p>A DSR necessitou, em média, menos de 25 dias para dar resposta às reclamações recebidas (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 15 dias).</p>
5 – Melhorar a resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	<p>Foram utilizados, em média, menos de 10 dias para responder às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, cuja competência estava subdelegada na DSR (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 5 dias);</p> <p>Foram utilizados, em média, menos de 8 dias para responder às solicitações da AFN no âmbito dos PGF (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 3 dias);</p> <p>Foram utilizados, em média, menos de 10 dias para responder às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, cuja competência não estava subdelegada na DSR, (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 2 dias).</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Leiria	1 - Garantir o acompanhamento e a dinamização dos processos de elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Ind.1 - Número médio de reuniões da CA / Setoriais ou de iniciativas, com vista à realização das mesmas (Peso: 40%)	2 por PMOT		X	
		Ind.2 - Monitorização do programa de trabalhos, aprovado pela CA, através de comunicação escrita à CM, em caso de incumprimento (Peso: 30%)	17 dias		X	
		Ind. 3 – Tempo médio para promover a conferência de serviços - PU, PP e alteração de PDM- (Peso 30%)	6 dias		X	
	2- Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres e autorizações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Ind 1 - Tempo médio de resposta (ações com delegação de competências, excepto nos casos dos PGF) (Peso: 50%)	20 dias úteis	X		
		Ind 2 - Tempo médio de resposta, em 80% dos casos (ações sem delegação de competências) (Peso: 30%)	14 dias úteis	X		
		Ind.3- Proporção de pareceres emitidos dentro do prazo (Peso 20%)	85%	X		

3 - Garantir, com eficácia, a participação em Ações, Grupos de Trabalho, Comissões, Conselhos Estratégicos e Entidades Regionais	Percentagem de respostas, relativamente às solicitações Peso: 100%	87,5%	X		
4 - Melhorar a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	Ind.1 – Nº de Ações realizadas, no âmbito do Plano da DSF (Peso:30%)	21 Ações de Fiscalização	X		
	Ind 2 – Nº de ações de fiscalização realizadas extraplano (Peso: 20%)	17 Ações de Fiscalização		X	
	Ind 3 – Tempo médio de resposta a reclamações/ exposições (Peso: 30%)	88 dias úteis	X		
	Ind 4. N.º de operadores de gestão de resíduos erradicados (Peso: 20 %)	5 operadores	X		
5- Georreferenciação, no MuniSig Web, dos projetos relacionados com o uso, ocupação e transformação do solo, cujo registo inicial é feito na DSR	Ind. N.º de projetos georreferenciados/N.º de projetos existentes) x 100 Peso: 100%	85%	X		

Divisão Sub-Regional de Leiria	
Objectivos	Fundamentações
1 - Garantir o acompanhamento e a dinamização dos processos de elaboração, alteração e revisão dos PMOT	<p>Foram garantidas as reuniões suscitadas pelas Autarquias, nos procedimentos de revisão dos PDM. Quanto à monitorização dos programas de trabalhos aprovados pelas CA das revisões dos PDM, a mesma foi sempre acompanhada, com os necessários alertas às autarquias.</p> <p>Para os restantes PMOT (PU e PP), foram garantidas as reuniões finais em Conferências de Serviço além de outras cuja necessidade se foi verificando.</p>
2- Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres e autorizações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	<p>Com efeito, o tempo o tempo médio de resposta, nos casos em que a DSR tinha delegação de competências, foi de 12 dias úteis (superação com tempo médio inferior a 19 dias úteis) e nos restantes casos o tempo médio de resposta foi de 10 dias úteis (superação com tempo médio inferior a 14 dias úteis).</p> <p>Naturalmente que se teve sempre presente o prazo legal para a emissão de respostas, nunca tendo sido ultrapassado tal prazo, assegurando um cumprimento de 100%.</p>
3 - Garantir, com eficácia, a participação em Ações, Grupos de Trabalho, Comissões, Conselhos Estratégicos e Entidades Regionais	<p>A área de atuação da DSR Leiria tem uma dinâmica socioeconómica muito grande, sendo conseqüentemente elevado o número de solicitações para a intervenção na regularização de atividades económicas. Assim, é de destacar a grande participação de técnicos no âmbito do REAL (licenciamento industrial) , REAP (licenciamento de pecuárias) e Comissões de Acompanhamento de AIA, para além de outras atividades como a representação (chefe de divisão) na COMAC- Comissão de Autorização Comercial e Entidade Regional de Turismo Leiria - Fátima . Assim, verificou-se uma presença em 100% das solicitações – 110 reuniões.</p>
4 - Melhorar a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	<p>Com efeito, foram superadas as ações no âmbito do Plano de Fiscalização e foi cumprida a meta relativamente às ações extra - plano. Quanto ao tempo médio de resposta às reclamações, o mesmo foi de 58 dias úteis (superação com tempo médio inferior a 85 dia úteis). Quanto aos operadores erradicados, registaram-se 11, superando assim os 6 operadores que constituíam o indicador de superação.</p>
5- Georreferenciação, no MuniSig Web, dos projetos relacionados com o uso, ocupação e transformação do solo, cujo registo inicial é feito na DSR	<p>Foi ultrapassado o limite de 90% (limite a partir do qual havia superação), sendo inclusivamente georreferenciados processos com origem noutras unidades orgânicas, como por exemplo os relativos ao REAP.</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
PROT	1- Concluir a Proposta do PROT Centro	Existência da proposta	Remeter a proposta para a SEOTC		X	
	2- Desenvolver o Observatório do PROT Centro	Existência do SIG do PROT Centro	50%			X

PROT	
Objectivos	Fundamentações
1- Concluir a proposta de PROT Centro	<p>Foi finalizada a Ponderação dos resultados do Inquérito Público incluindo a realização de reuniões com as Comunidades Intermunicipais. Divulgação na Internet e na comunicação social do relatório de Ponderação do Inquérito Público.</p> <p>Foi finalizada a proposta de Plano com a integração das alterações à Proposta de Plano resultantes do Inquérito Público e com a elaboração do Relatório Final de Avaliação Ambiental Estratégica, tendo sido garantida a respetiva aprovação pelo Conselho Regional</p> <p>Foi enviada para a SEOTC toda a documentação técnica e administrativa necessária à aprovação da proposta do PROT C pelo governo.</p>
2- Desenvolver o Observatório do PROT Centro	<p>Contratualizou-se a primeira parte do módulo SIG . Participámos no Grupo de Trabalho coordenado pela DGOTDU para a construção do Sistema Nacional de Indicadores de Base de Ordenamento do Território e Urbanismo bem como, participámos na estruturação de uma base dados interna no domínio do ordenamento do território. Porém, por restrições financeiras derivadas das orientações da tutela este objetivo ficou aquém do previsto.</p>



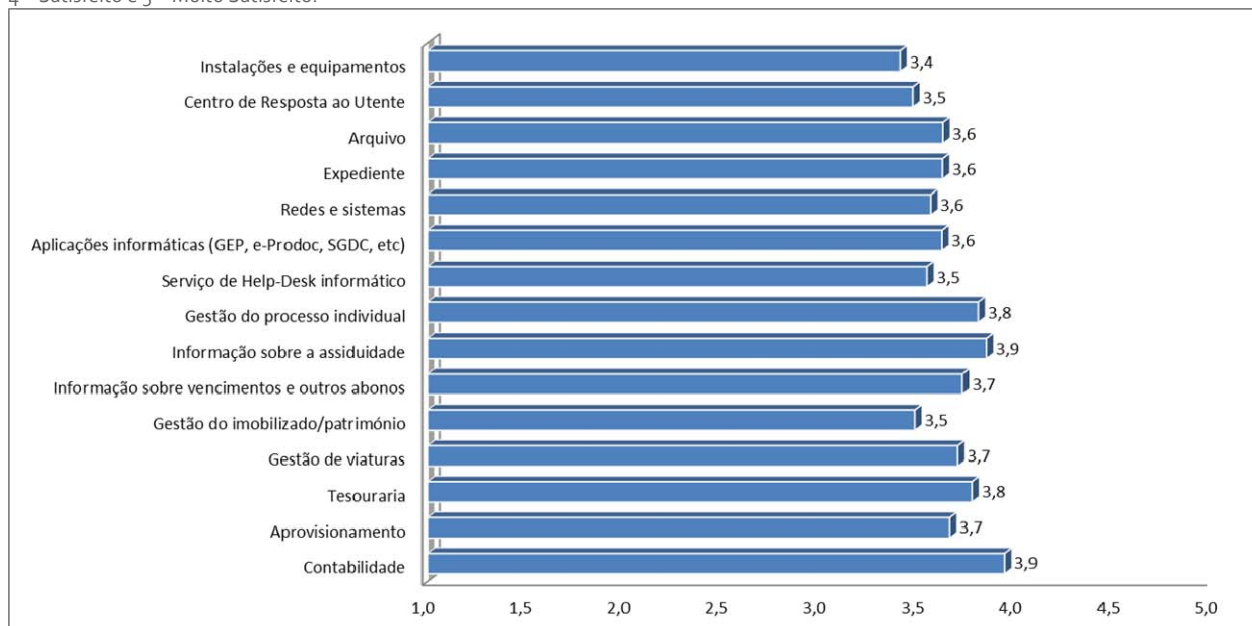
**Inquérito interno realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

Em Janeiro de 2012 foi enviado via correio electrónico um inquérito de avaliação do grau de satisfação dos colaboradores da CCDRC. A taxa de resposta ao questionário de avaliação interno foi de 43%, já que dos 259 colaboradores que receberam o questionário, 112 deram resposta.

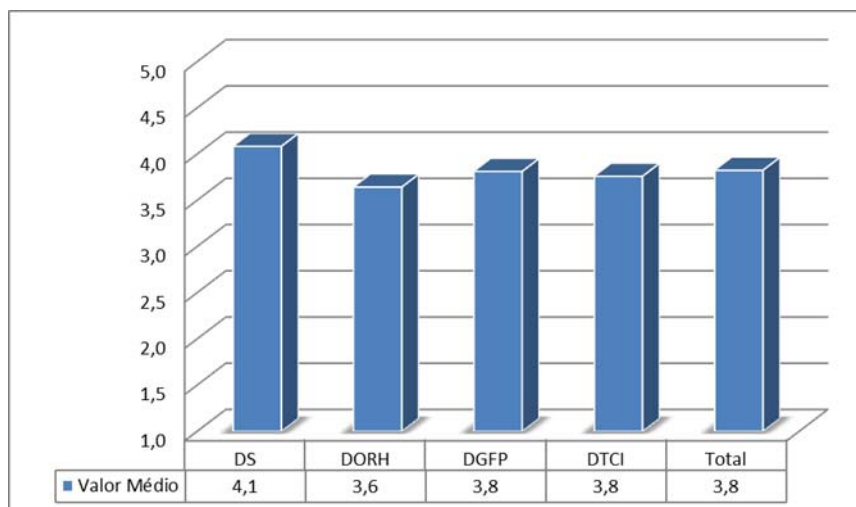
As respostas anónimas e confidências foram centralizadas num ficheiro baseado na tecnologia Google Docs.

Cada pergunta foi respondida em uma escala de Likert de 5 pontos variando a partir de 1 (Muito Insatisfeito), 2 (Insatisfeito), 3 (Pouco Satisfeito), 4 (Satisfeito) e 5 (Muito Satisfeito), sendo os resultados os seguintes:.

Qual o grau de satisfação com o desempenho global dos seguintes serviços: 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito:

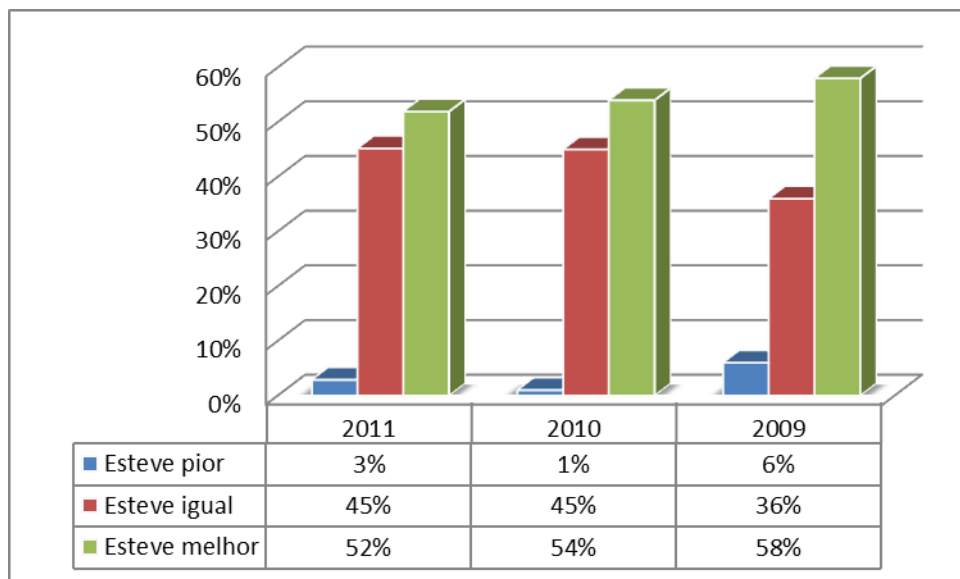


Foi ainda questionado na pergunta 2 Qual o grau de satisfação com o desempenho global de cada uma das Divisões? Os resultados foram os seguintes:



Foi ainda formulada uma questão para avaliar a percepção dos trabalhadores quanto à evolução da qualidade dos serviços prestados pelas Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão

Administrativa e Financeira, comparativamente ao ano ante de 2008. Globalmente, os resultados apresentam-se abaixo:



Do apuramento dos resultados aferiu-se que o grau de satisfação continua a apresentar uma tendência de melhoria muito significativa.



**Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

A CCDRC tem um canal preferencial para o atendimento aos clientes que recorrem aos seus serviços: o Centro de Resposta ao Utilizador – CRU.

Este gabinete utiliza vários canais de comunicação com o utente: presencial, correio eletrónico, portal, telefónico.



No contacto presencial é distribuído um inquérito para medir o grau de satisfação dos utilizadores. Este inquérito tem como objetivo fundamental a análise do grau de satisfação dos utentes que se dirigem ao serviço CRU da CCDRC.

Os resultados em 2011 foram os seguintes:

1. Foram preenchidos 55 inquéritos.
2. 100% dos utentes consideraram o atendimento Muito Bom:
3. 100% dos utentes consideraram o tempo de resposta também Muito Bom;

Podemos concluir que o serviço prestado por esta unidade é de grande interesse e permitiu elevar o grau de satisfação relativamente ao ano anterior. Este valor é revelador da importância que o serviço tem para o utente e organização, contribuindo para manter o utente esclarecido sobre os mais diversos assuntos envolvidos no seu relacionamento com a CCDRC.

O inquérito utilizado é o seguinte:

	<h2>INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO</h2>	
<p>Este inquérito destina-se a ter uma percepção do grau de satisfação de todos os que nos procuram, seja presencialmente, seja por telefone, fax ou e-mail. A resposta (facultativa) que queira dar será, para nós, da maior relevância.</p> <p>Agradecemos uma resposta franca, que se manterá sob rigoroso anonimato, e que servirá de mecanismo de aferição para a desejada melhoria dos serviços que prestamos a Cidadãos, Empresas e Entidades Públicas e o nosso contributo modesto para a desejada Modernização da Administração Pública.</p>		
Facultativo	IDENTIFICAÇÃO DO UTENTE	
<p>1. Identificação: _____</p> <p>2. Entidade: _____</p> <p>3. Contactos: Mail _____ Telefónico _____</p> <p>4. Assunto a tratar: _____</p> <p>_____</p>		
TIPO DE ATENDIMENTO		
<p>5. Atendimento presencial <input type="checkbox"/> Data ___ / ___ / ___ 1.ª visita <input type="checkbox"/> 2.ª visita <input type="checkbox"/></p> <p>6. Atendimento telefónico <input type="checkbox"/> Data ___ / ___ / ___ 1.ª vez <input type="checkbox"/> 2.ª vez <input type="checkbox"/></p> <p>7. Contacto por fax <input type="checkbox"/> (indicar data de envio do mesmo ___ / ___ / ___)</p>		
GRAU DE SATISFAÇÃO		
<p>8. Atendimento: <input type="checkbox"/> Muito Bom <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Fraco <input type="checkbox"/> Mau</p> <p>9. Tempo de resposta do atendimento: <input type="checkbox"/> Muito Bom <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Fraco <input type="checkbox"/> Mau</p> <p>10. Aspectos a melhorar (indique quais, por favor) _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>		
<small>CCDRCC / DSCGAF / DTCTI - 2009</small>		